



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO EXTRATIVISTA: RESISTÊNCIAS E
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS A PARTIR DO
TERRITÓRIO-CORPO-TERRA**

LIARA FARIAS BAMBIRRA

Sob a orientação da professora

Fabrina Pontes Furtado

Dissertação submetida como requisito para
obtenção do grau de Mestre em Ciências
Sociais, no Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro

2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B199 Bambilra, Liara Farias, 1997-
 PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO EXTRATIVIST
RESISTÊNCIAS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS A PARTIR DO
TERRITÓRIO-CORPO-TERRA / Liara Farias Bambilra. - Rio
Janeiro, 2022.
 95 f.

 Orientadora: Fabrina Furtado.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, , Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2022.

 1. Extrativismo minerador. 2. Mulheres atingidas.
3. Território-corpo-terra. 4. Resistências. I.
Furtado, Fabrina , 1977-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. , Programa de Pós
Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

LIARA FARIAS BAMBIRRA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 02/09/2022.

Prof.^a Dr.^a FABRINA PONTES FURTADO (CPDA/UFRRJ) (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a MARIA DEL CARMEN VILLARREAL VILLAMAR (UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a JULIANA NEVES BARROS

Para minha mãe e à todas que semeiam esperança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço pela saúde e proteção que me fortificaram no processo de escrita dessa dissertação, em um momento coletivo extremamente difícil. Aos meus protetores e guias, muito obrigada.

Agradeço imensamente à minha mãe Andréa, por sempre me apoiar e incentivar em todas as fases da minha vida. Nossa relação é um alicerce de luz e tenho muito orgulho de ser sua filha.

Agradeço à minha orientadora Fabrina Furtado por todos os aprendizados. Agradeço também pelo cuidado, paciência e conexão cultivada ao longo do mestrado. Encontrar professoras como ela fazem o percurso muito mais valoroso.

Às professoras Maria del Carmen Villamar e Juliana Neves Barros por comporem a banca a partir de uma leitura atenta, comentários precisos e por fazerem desse momento uma ocasião leve e cuidadosa.

Agradeço a todas as mulheres que me fizeram ser quem sou, e também aos homens de minha família.

Aos meus companheiros do Só Cria, que me proporcionaram apoio durante a pandemia, construindo juntos um ambiente de educação popular, que me ajudou a insistir na esperança e na transformação social.

Aos meus amigos e amigas, agradeço pelo apoio, amizade e escuta.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPQ) pelo apoio financeiro imprescindível para a pesquisa brasileira, que permitiu a realização deste trabalho.

E, por último, à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao CPDA pelo incentivo às incursões acadêmicas e pelo amadurecimento acadêmico que me proporcionou.

RESUMO

A pesquisa coloca em questão o modelo de desenvolvimento extrativista minerador na América Latina e as afetações diferenciadas aos corpos e territórios das mulheres. Apesar de serem as mais afetadas pelos efeitos da lógica desenvolvimentista, as mulheres assumem também centralidade nas lutas em defesa dos seus territórios-corpos-terras. Nesse sentido, a investigação busca entender como são construídos e disseminados os conhecimentos em espaços de resistência das mulheres atingidas, a partir da Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales. Investigo os impactos diferenciados de acordo com o gênero, a forma em que as mulheres atingidas resistem a partir dos seus territórios-corpos-terras, identificando as principais articulações, dimensões analíticas e como foram suas estratégias de fortalecimento de trabalho durante a pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Extrativismo minerador; Mulheres Atingidas; Território-corpo-terra; Resistências.

ABSTRACT

The research questions the extractive mining development model in Latin America and the different effects on women's bodies and territories. Despite being the most affected by the effects of the developmental logic, women also assume centrality in the struggles in defense of their territories-bodies-earth. The investigation seeks to understand how knowledge is constructed and disseminated in spaces of resistance of affected women, from the group Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales. The dissertation investigates the different impacts according to gender, the way affected women resist from their territories-bodies-earth and the methods of articulation of collectives, identifying the main articulations, analytical dimensions and how their work strengthening strategies during the Covid-19 pandemic.

Keywords: Mining extractivism; Affected Women; Territory-body-earth; Resistances.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. EXTRATIVISMO, CONFLITOS AMBIENTAIS E MULHERES

- 1.1 – Extrativismo e neoextrativismo
- 1.2 – Impactos diferenciados para as mulheres
- 1.3 – Criminalização das mulheres atingidas e defensoras

2. CIÊNCIA HEGEMÔNICA E CRÍTICA FEMINISTA – DISPUTANDO O CONHECIMENTO A PARTIR DA ECOLOGIA POLÍTICA FEMINISTA LATINO-AMERICANA E OS FEMINISMOS COMUNITARIOS

- 2.1 – Ciência Hegemônica e Desenvolvimento
- 2.2 – Ecologia Política Feminista Latino-americana
- 2.3 – Feminismo Comunitário e Território-corpo-terra

3. REENCANTANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - A RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES

- 3.1 – A atuação em Rede
- 3.2 – Tecendo redes em Abya Yala em tempos de pandemia
- 3.3 – Reflexões para além do cânone

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O reconhecimento do lugar de onde eu falo enquanto mulher branca, feminista, educadora popular e acadêmica é o primeiro passo para dar corpo a este trabalho. Os caminhos que me trouxeram até aqui são permeados pela força do coletivo, dos afetos e dos saberes compartilhados em diferentes espaços e trincheiras de lutas.

Sinto e construo minhas percepções a partir de um território localizado e historicizado, e por isso as análises e palavras aqui escritas são limitadas e singulares. Destacar esse lugar é primordial para evitar tentativas de universalização e de neutralidade, elementos colocados como essenciais ao fazer científico dominante, mas que muitas vezes estão associados a realidades bem específicas, ditadas por um caráter masculino, branco e ocidental. Essas práticas relacionadas a um exercício acadêmico hegemônico silenciam, sobretudo, a realidade das mulheres que se encontram em territórios historicamente colonizados e patriarcalizados, como é o Brasil.

Caminho ao encontro dos ensinamentos trazidos por diversas autoras, como Silvia Cusicanqui (2010) e Donna Haraway (1995), ao invocarem a necessidade de conectar a ciência com o corpo, com a terra, com as comunidades e com a vida, incluindo a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes, e diferenciadas em termos de poder. As questões que investigo e busco compreender vêm de minha atuação como militante e feminista, atenta às relações de poder que invadem nossa sociedade, e também de uma prática teórico política (ESPIÑOSO, 2010) construída com as lutas sociais emancipatórias.

Durante a Graduação em Ciência Política, passei a integrar grupos de pesquisa preocupados em investigar as dinâmicas desiguais das relações internacionais, a partir das perspectivas do Sul Global. Ao mesmo tempo, fui entrando cada vez mais em espaços de construção política crítica e me entendendo como militante. Seja erguendo coletivamente espaços de acolhimento feminista dentro da Universidade ou participando de grupos, marchas e coletivos feministas fora do ambiente acadêmico, meu olhar passou a ser constantemente guiado a partir dos movimentos sociais.

Apreendi muito, e mais do que uma pretensão acadêmica, os aprendizados gerados com as mulheres em encontros, coletivos e manifestações foram essenciais para os horizontes de sentidos que escolho para minha vida. Passei a entender, também, que não é possível separar a minha militância de meus escritos e práticas acadêmicas. Entrar em 2020

para o Mestrado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) foi muito importante para estar alinhada com conhecimentos profundos sobre o rural, a natureza, a terra, as redes agroecológicas e pedagogias para a terra. Além disso, tem sido fundamental estar em um ambiente com tantas pesquisas críticas que muito me ensinam.

O desenvolvimento extrativista e as redes transnacionais de contestação a esse modelo passaram a ser particularmente o meu foco de estudo quando compreendi que essa estrutura de poder é um pilar fundamental da formação econômica e social dos países da periferia global, que mantém e renova relações coloniais, dominadoras e desiguais (ACOSTA, 2012; SVAMPA, 2012; VAINER E ARAÚJO, 1992). Percebi, então, meu desejo de aprofundar meus estudos sobre modelo de desenvolvimento, e entendi a importância de um olhar atento para os desdobramentos dos megaprojetos extrativistas especificamente para as realidades das mulheres, que também passaram a me mostrar caminhos de resistência e de subversão.

A definição de extrativismo que utilizo é a que o compreende como um tipo de extração dos chamados recursos naturais em grande escala, orientados para serem exportados como matérias-primas não processadas, ou com processamento mínimo (GUDYNAS, 2013), de forma a consolidar uma inserção subordinada dos países extrativos ao capitalismo global e a apropriação corporativa de renda fundiária – das terras rurais, das jazidas minerais e dos campos petroleiros – e financeira (PAULANI, 2013).

As práticas extrativistas podem estar associadas à extração de minerais e petróleo, ao agronegócio, à atividade pesqueira e aos grandes complexos de infraestrutura exigidos para o escoamento desses recursos.

Svampa (2012) denomina esse contexto como “desenvolvimento extrativista”, que combina a superexploração dos recursos naturais com a expansão das fronteiras territoriais. Aumentam os territórios de dominação e exploração, assim como os protestos, as resistências e as mobilizações das populações afetadas por esse suposto desenvolvimento, evidenciando conflitos ambientais ligados ao extrativismo¹.

1 Pablo Villegas (2014) mostra que há um crescimento nos conflitos ligados ao extrativismo. O autor argumenta que, “de manera general, la conflictividad social está creciendo en intensidad y extendiéndose, más allá de los movimientos socioambientales e indígenas, a los urbanos y sindicales [...]” (VILLEGAS, 2014, P. 9). De acordo com os dados do Atlas of Environmental Justice e do Observatorio de Conflictos Mineros de

Joanna Emmerick (2018) aponta que intervenções cunhadas como megaprojetos de desenvolvimento, a exemplo de grandes obras de infraestrutura, da indústria extrativa do petróleo e da mineração, compuseram o quadro de violências contra povos latino-americanos, explicitando a prevalência de fortes conflitos territoriais e ecológicos, frente aos efeitos negativos de tais intervenções.

A autora, nesse sentido, reivindica a importância de avançarmos com ferramentas de leitura que permitam compreender os efeitos diferenciados destas intervenções sobre a vida das mulheres e outros corpos feminizados. Apesar das mulheres construírem sentidos comunitários e articularem politicamente processos de resistência às múltiplas formas de violência que lhes afetam, suas vivências permanecem ainda pouco reconhecidas e visibilizadas. As práticas feministas, diversas e multifacetadas, produzem conhecimentos e metodologias próprias de entendimento de suas realidades, muitas delas poucas vezes sistematizadas.

Assim, corroboro com Emmerick (2018), ressaltando que há um caminho importante de investigação militante sobre a construção autônoma de conhecimentos por mulheres nesses contextos, entendendo estes como caminhos de luta e resistência, assim como de comunicação de percepções e histórias pouco disseminadas em espaços como a Academia.

As teorias críticas à ciência hegemônica nos ajudam a pensar como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro (HARAWAY, 1995). Cruz Hernandez (2016) aborda, especificamente, como os ecofeminismos do sul reafirmam, neste sentido, seu compromisso com análises interseccionais que consideram as experiências de corpos e mulheres diversas, diante das ameaças que se agravam sobre seus territórios e vidas.

A partir do avanço do desenvolvimento extrativista, o que acontece com os corpos e territórios das mulheres presentes nas regiões de instauração de um megaprojeto? Como são essas experiências corporificadas majoritariamente por mulheres não brancas, negras, indígenas, camponesas, trabalhadoras que vivem em áreas rurais ou urbanas?

A partir dessas indagações, pretendo também compreender os processos de construção de conhecimentos engendrados a partir dos territórios e das lutas de mulheres

América Latina (OCMAL), há um aumento expressivo de conflitos mineiros no panorama geral da América Latina nas últimas décadas.

atingidas por megaprojetos. Para isso, assumo o questionamento epistemológico sobre o processo de produção de conhecimento, enfatizando a abertura a propostas coletivas e que assumam a vida vivida como espaço de saber (CRUZ HERNANDEZ, 2016; COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO, 2014).

Pensar os processos de construção de conhecimentos também é um caminho que me acompanha há alguns anos. Como educadora popular que constrói um Pré Vestibular Popular, o trabalho coletivo do qual faço parte está diretamente relacionado com questionamentos em torno da estrutura de poder e as bases desiguais que fundamentam a educação em nossa sociedade. Na Universidade, apesar de ter conseguido disputar um lugar crítico dentro da Ciência Política, os quatro anos da graduação foram marcados por muitas inquietações.

Estar em um curso predominado por análises institucionalistas e baseado em literaturas criadas nos centros hegemônicos de poder me limitava a entender a política com lentes europeias e estadunidenses – regiões que historicamente dominam e impõem condutas à América Latina – e que ditam discursos sociais, convertidos em ações efetivas para nossos territórios.

Vertentes do pensamento europeu, articulados com a expansão mundial capitalista, se conformam em instrumentos de dominação, que contribuem para a legitimação das gigantescas atrocidades vividas e desigualdades geradas. Foi necessário para a subjugação dos povos latino-americanos o extermínio e a subalternização de suas formas e práticas de conhecimento, seus horizontes de sentido e seus imaginários sociopolíticos, costurados com mecanismos de expropriação cultural, repressão, imposição religiosa (cristã), notadamente, da ciência europeia e suas instituições (VARELLA, 2017).

Renata Varella (2017) mostra como as primeiras universidades latino-americanas, por exemplo, surgem para reforçar a hegemonia cultural, política e social colonial frente ao altíssimo nível cultural asteca e inca existente. É uma forma de construir conhecimento que separa a teoria da prática, que perpetua a desigualdade e mantém a dominação colonial, patriarcal e capitalista. Além disso, mantêm vínculos com uma visão da democracia pautada pelas instituições, que invisibiliza outras formas de ação e participação políticas, como as dos movimentos sociais.

Dentro da academia fui encontrando conforto em teorias dentro que me permitiram melhor compreender e contextualizar as minhas frustrações, a partir, por

exemplo, de autores e autoras como Chandra Mohany (1991), Enrique Dussel (2000), Anibal Quijano (2002), Arturo Escobar (2007), Ochy Curiel (2015), entre tantas outras referências.

As práticas e políticas educacionais, reguladas pelo mercado e pela racionalidade científico-instrumental, não reconhecem os saberes produzidos pelos setores populares. Assim, esses conhecimentos foram transformados em não existência, ou seja, em ausências. Nilma Lino Gomes (2017) ressalta que os movimentos sociais são produtores e articuladores de saberes construídos por grupos não hegemônicos e/ou contra-hegemônicos da nossa sociedade.

Segundo a autora, esses movimentos são verdadeiros pedagogos nas relações sociais e políticas. O conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado pelos movimentos sociais que “indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento” (GOMES, 2017, P. 17).

A educação popular reivindica justamente a necessidade da incorporação desses saberes construídos e reconstruídos pelos setores populares, pelas mulheres populares, pelos movimentos ambientalistas, partindo da escuta dessas vozes contra hegemônicas, que desafiam as premissas colocadas pelo modelo liberal extrativista. As experiências de construções coletivas de conhecimentos fortalecem o argumento de Cruz Hernández (2016) sobre a prevalência de outras epistemologias latino-americanas expressas através do corpo-território². Acredito que reconhecê-las e compreendê-las, portanto, é um passo fundamental para construirmos realidades emancipatórias capazes de questionar essa pedagogia conservadora.

Enfatizo meu desejo de me somar aos estudos críticos dessa epistemologia científica dominante, presente também em tantos outros cursos e ambientes acadêmicos, como forma de disputar o fazer científico, pois entendo que é possível a construção de um conhecimento que seja teórico e que também nos forneça ferramentas de ação para transformarmos nossa realidade. Entendo que a ciência pode construir pontes entre diferentes campos e saberes, assim como pode teorizar sobre práticas políticas.

2 Existem distintas formas de caracterizar e se referir a esses espaços: corpo-território/ território-corpo. Isso será discutido mais adiante.

Rememoro os pilares da agroecologia – prática, ciência e movimento – (NOBRE, 2000) para ilustrar os desejos presentes em mim e nessa pesquisa: conectar a ciência com a vida, com os territórios, com as lutas das mulheres. Disputo um espaço dentro do ambiente acadêmico, com todas as suas regras e metodologias, entrelaçando esses valores. Insisto em estar dentro da Universidade, pois acredito que o fazer coletivo da ciência pode estar conectada a diferentes sentidos e percepções, assim como construir redes que levem em conta as vozes, palavras e os saberes das mulheres.

Ainda assim, percebo que a Universidade carrega muitas limitações, e nem toda a experiência política conseguirá ou deverá ser traduzida dentro das normas científicas, mesmo que estejamos alinhadas com uma ciência crítica. O conhecimento circula de forma extremamente elitista, produzindo classes intelectuais e cada vez mais as palavras de bell hooks (2013, p. 90) ressoam dentro de mim: “nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público”. Me lembro, também, das palavras do músico Belchior (1976): “amar e mudar as coisas me interessa mais”.

A pedagogia da diversidade caminha exatamente nesse sentido, ao tensionar o processo pedagógico tradicional que ainda ocupa um lugar hegemônico no campo científico, configurando-se em uma pedagogia da regulação. Na pedagogia da diversidade, a educação é vista como prática da liberdade, como um ato de amor, um ato político e, por isso, um ato de coragem (FREIRE, 1999).

Entre todas as contradições de ocupar um espaço privilegiado dentro da Universidade no Brasil, sigo acreditando, talvez por uma esperançosa teimosia, na possibilidade de teorias que assumem um lugar de cura, como propõe bell hooks (2013). A autora ressalta que quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autor recuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática.

Explicito essa intencionalidade pedagógica como forma de compartilhar meus desejos pessoais com essa dissertação, mas entendo que é um caminho que encontro muitos desafios e limitações. Estamos em cenário de pandemia há mais de dois anos, afastada da sala de aula, sem trocas presenciais, sem possibilidade de realizar campo, além de estar fazendo pesquisa em um ambiente acadêmico sucateado e geograficamente distante dos coletivos que pesquiso.

Apesar de tudo, a dissertação é uma tentativa de materializar minhas inquietações com conhecimentos trazidos pelos movimentos sociais e teóricos e teóricas que colaboram para consolidarmos suportes de transformação da realidade.

Essa pesquisa tem, portanto, como objetivos estudar os impactos do modelo de desenvolvimento extrativista aos territórios-corpos-terra das mulheres atingidas pela mineração na América Latina para entender como são construídas suas resistências e pedagogias de luta. Analiso, como estudo de caso, a *Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales*.

A Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales nasceu em 2005 e está presente na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Peru e Uruguai. É uma organização de mulheres que incide em políticas, projetos e práticas que contribuem para a defesa dos direitos dos nossos povos, da natureza e dos direitos sociais que são colocados em riscos por projetos mineradoras que afetam diretamente as mulheres³.

Três questões guiam esse processo de investigação, são elas: 1) Quais são os impactos diferenciados do desenvolvimento extrativista de acordo com o gênero; 2) De que forma as mulheres atingidas resistem a partir dos seus territórios-corpos-terras? e 3) Quais foram os métodos de articulação dos coletivos, suas construções pedagógicas durante a pandemia?

Minha proposta inicial era realizar uma pesquisa de campo, aprendendo com a prática de um grupo de mulheres no Maranhão, no Nordeste do Brasil. Com a pandemia de Covid-19, o desejo de realizar um campo presencial foi frustrado pelo risco de contato e a falta de planejamento público unificado de normas de convivência pós-isolamento social.

Adapte minha pesquisa para investigar e conhecer essa articulação que envolve diversos países latino-americanos e que age na denúncia das violências socioambientais contra as mulheres afetadas por projetos extrativistas em seus territórios e na construção de resistências. Optei por fazer a investigação a partir das ações do grupo porque o conheci durante a pandemia, e fui aprendendo muito a partir da quantidade de materiais disponibilizados de forma virtual.

3 Retirado do site da organização: <https://www.redlatinoamericanademujeres.org/nosotras/>

Na compreensão dos processos políticos e sociais das mulheres que defendem seus territórios, há diferentes esquemas de opressão a partir da cor e da etnia, por exemplo, ressaltando intersseccionalidades que agem sobre a vida das mulheres, visto que há a interação das relações de poder de gênero, raça, classe e sexualidade na produção e reprodução das desigualdades (DAVIS 2016; HIRATA, 2014).

Por isso, para delimitar com que mulheres construo essa pesquisa e reconhecendo que a noção reproduzida da mulher universal impede muitas vezes de reconhecer as diversidades, discuto a categoria de mulheres atingidas por megaprojetos e mulheres defensoras, investigando posteriormente o conceito de defensoras utilizado pela Rede.

A metodologia dessa pesquisa qualitativa é uma revisão bibliográfica em torno das categorias de extrativismo/neoextrativismo; conflitos ambientais; mulheres atingidas e defensoras; ecologia política feminista, feminismo comunitário e território-corpo-terra, a partir de uma epistemologia decolonial e feminista⁴. Assumindo este ponto de vista, ou seja, buscando a chamada “virada decolonial” (ALIMONDA, 2011), está uma diversidade epistêmica que nos permite descobrir uma pluralidade de lugares de enunciação, passados e presentes, em relação crítica ou resistência à modernidade colonial. Há a expressão de “epistemologias de fronteira” (MIGNOLO, 2007) que designa caminhos que tentam diferentes rupturas com o par colonialidade/modernidade, a partir das narrativas da modernidade de um lugar de valorização de culturas e povos dominados.

A pesquisa é também documental, já que utilizo como fonte os documentos disponibilizados no site da Rede, que escolhi como estudo de caso. Considero que, a partir deste caso específico e particular, seja possível extrair referências teóricas e empíricas para a compreensão de situações similares e de questões estruturantes mais generalizadas como a produção feminista de saber e de resistências, a partir dos efeitos diferenciados do desenvolvimento extrativista. Busquei no site publicações (artigos, livros e cartilhas) e manifestos que contextualizam o surgimento e trajetória do grupo.

Entre as limitações da pesquisa, não conseguir fazer a investigação a partir de um campo presencial foi uma frustração latente ao longo dos dois anos de mestrado, impedido

4 Ochy Curiel (2015) reitera que o feminismo decolonial é uma aposta que desestrutura a sujeita do feminismo hegemônico institucionalizado e essencialista, ao complexificar e situar uma prática política baseada em gênero, mas também a partir da raça, da sexualidade, da classe, da geopolítica, sempre situando as opressões em uma história crítica que permita entender como estas foram construídas de forma híbrida a partir das experiências coloniais.

por conta da pandemia. A pandemia me afastou de todas as minhas expectativas e desejos em relação ao Mestrado. Essas limitações também afetaram as minhas condições de realizar entrevistas com integrantes do grupo.

A dissertação está estruturada da seguinte forma - o primeiro capítulo é uma discussão do modelo de desenvolvimento neoextrativista, dos conflitos ambientais e dos seus impactos diferenciados para as mulheres.

No capítulo 2, investigo a ciência hegemônica e as críticas feministas, disputando o conhecimento a partir da Ecologia Política Feminista Latino-Americana e dos feminismos comunitários. Nesse capítulo, falo das diferentes abordagens a partir do corpo e do território.

O último capítulo discute possibilidades pedagógicas para além do cânone científico hegemônico, destacando a *Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales*, identificando as principais articulações, dimensões analíticas e como foram suas estratégias de fortalecimento de trabalho durante a pandemia. Termina com as principais conclusões, apontando limites e possibilidades futuras de pesquisa.

Durante todo o trabalho, me esforcei para trazer aportes e exemplos construídos pela Rede para os debates desenvolvidos nos três capítulos, na tentativa de costurar suas contribuições no bordado da pesquisa.

I – EXTRATIVISMO, CONFLITOS AMBIENTAIS E MULHERES

1.1 Extrativismo e neoextrativismo⁵

“Senhor, peço licença para uma história contar. Diante de tudo que vimos algo vamos destacar. Nas bandas de Sobradinho, vimos à contradição: de um lado está o povo do outro a tal da modernização” (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2013)⁶.

A atividade extrativista, alicerçada nas práticas de mineração, de monocultivo de plantas, do agronegócio, de gás, petróleo e associada a complexos energéticos faz parte da formação social dos países da América Latina e do Caribe. Definido por Alberto Acosta (2016) como atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam, sobretudo, à exportação, o extrativismo não se limita aos minerais ou ao petróleo, há também extrativismo agrário, florestal e pesqueiro (ACOSTA, 2016).

Desde a época da colonização, os territórios latino-americanos são historicamente apontados como estratégicos para a atividade extrativista, explicitando uma lógica de produção capitalista que faz com que as regiões concentrem uma quantidade massiva de megaprojetos de desenvolvimento, apoiados, ainda, por aparatos políticos e econômicos dos Estados.

O extrativismo assumiu diversas roupagens ao longo da história, mas permanece sendo uma constante na vida econômica, social e política de muitos países do Sul global –

5 Durante toda a construção da pesquisa, me esforcei para realizar uma análise do extrativismo/neoextrativismo a partir do ponto de vista das mulheres e do território-corpo-terra. Essa tentativa se constitui em um grande desafio, pois os autores clássicos não fazem essa leitura. Nesse sentido, me inspiro em Silvia Federeci quando nos ensina a importância de construir estudos em que as mulheres não são um apêndice de outras análises, mas de como a perspectiva feminista deve ser ponto de partida delas.

6 Trecho de poema feito coletivamente pelo movimento. Disponível em: <https://mab.org.br/2013/12/04/muito-mais-al-m/>

reforçando continuamente mecanismos de saque e apropriação colonial e neocolonial (ACOSTA, 2016). Em distintos graus de intensidade, todos os países da América Latina são ou foram atravessados por essas práticas, principalmente pela disponibilidade de recursos naturais presentes em nossos territórios.

A exploração das matérias-primas dos territórios colonizados, apesar de ser colocada como indispensável para o desenvolvimento econômico e social do Norte global, está diretamente associada a expropriação de territórios e ambientes. Isso faz com que esse sistema afete de maneira diferenciada as populações ao Sul do mundo, destacando a desigualdade ambiental, no acesso à terra e aos recursos disponíveis, apropriados para os interesses de quem não vive nos territórios.

Haraway (1998) afirma que o patriarcado capitalista branco transforma tudo em um recurso a ser apropriado, sendo o objeto de conhecimento apenas matéria para o poder seminal, o ato do conhecedor. O objeto, assim, tanto reafirma como renova o poder do conhecedor. Nesse caminho, ele – o mundo – deve, em resumo, ser objetivado como coisa, não como agente; ele deve ser matéria para a auto-formação do único ser social nas produções de conhecimento, o conhecedor humano.

O extrativismo perpassa a longa memória da América Latina, define um padrão de acumulação, associado ao nascimento do capitalismo moderno, ou seja, às demandas dos centros metropolitanos e à inserção subordinada da região como fornecedora de matérias-primas no sistema-mundo moderno. Como registro do extrativismo, as economias dessas regiões têm como pilar serem exportadoras de bens primários.

Mesmo com recursos naturais em abundância, Alberto Acosta (2016) ressalta que a especialização em extração e exportação indica maiores dificuldades desses países em conquistarem prosperidade financeira. O autor elucida que a especialização na exportação de bens primários tem como consequência a tendência à deterioração dos termos em que se baseia o intercâmbio econômico.

Esse processo atua a favor dos bens industriais, que são importados, e contra os bens primários, que são exportados. Isso porque as matérias-primas se caracterizam comercialmente por sua baixa elasticidade de renda, pois podem ser substituídas por elementos sintéticos; porque não possuem poder monopólico - são commodities, isto é, seus preços são definidos pela lógica do mercado mundial. Isso significa que a disponibilidade de recursos naturais, presente nas economias primário-exportadoras, particularmente

quando se trata de minérios ou petróleo, tende a distorcer a estrutura econômica e a alocação de fatores produtivos, pois redistribui regressivamente a renda e concentra a riqueza em poucas mãos (ACOSTA, 2016, p. 52).

Isso também é denominado de “maldição dos recursos naturais” ou doença holandesa, que significa:

uma síndrome de mercado resultante da existência de recursos naturais baratos e abundantes, usados para produzir commodities cujas exportações são compatíveis com uma taxa de câmbio mais valorizada do que seria necessário para tornar competitivos os outros setores de bens comercializáveis (PAULANI, 2013, p. 51).

Leda Paulani (2013) aponta que a doença holandesa, se não for neutralizada, pode levar à desindustrialização nos países que já conseguiram se industrializar, ou impedir a industrialização, naqueles que ainda não a alcançaram. A produção industrial, mesmo estando em linha com o desenvolvimento tecnológico corrente (sendo competitiva em condições normais) não consegue sê-lo e, portanto, não consegue desenvolver-se. Nesse sentido, para a autora nos países que possuem essa “doença”, não há possibilidade de crescimento econômico com concomitante industrialização se a doença não for neutralizada. Para Paulani, a industrialização dos países latino-americanos, em particular Brasil e México por exemplo, só foi possível entre 1930 e 1980 porque adotaram políticas que neutralizaram a doença holandesa.

Outra característica dessas economias extrativistas é a heterogeneidade estrutural de seus aparatos produtivos, isto é, a existência de sistemas de alta produtividade e outros atrasados e de subsistência ao mesmo tempo. A esta realidade se soma a desarticulação entre suas estruturas econômicas, marcada pela concentração da exportação em alguns poucos produtos primários, pela ausência de uma adequada e densa diversificação horizontal industrial, pela quase inexistente complementaridade setorial e pela praticamente nula integração vertical (ACOSTA, 2016, P. 55).

Esse tipo de economia extrativista, com uma elevada demanda de capital e de tecnologia, muitas vezes funciona de acordo com uma lógica de enclave, sem que as atividades primário-exportadoras se integrem ao resto da economia e da sociedade. Seu aparato produtivo, assim, permanece sujeito aos desejos do mercado mundial.

A maior parte da produção das empresas extrativistas não se destina ao consumo no mercado interno, mas sim à exportação. Os bens, os insumos e os serviços especializados,

necessários para o funcionamento do negócio extrativista, raramente provêm de empresas nacionais.

Leda Paulani (2013) mostra como a reprimarização da pauta de exportações é uma nova forma de inserção da economia brasileira no circuito mundial de acumulação. Colocando o Brasil como exemplo, a autora mostra que o país garante um dos ganhos em moeda forte mais elevados do mundo, tornando-se um agente ativo do processo de financeirização em curso. Ao mesmo tempo, vai perdendo capacidade de conquistar mercados externos para produtos de maior valor agregado. Dessa maneira, do ponto de vista produtivo, a economia brasileira vai inserindo-se cada vez mais como produtora de bens primários, recuperando uma posição que se pensava ter sido deixada para trás, a de dependência e subordinação.

Importante mencionar que, em decorrência do aumento dos preços das *commodities*, aumentam os lucros e as taxas de juros nos países que dependem deste setor, atraindo assim capitais estrangeiros, e apreciando a taxa de câmbio o que acaba provocando deficit em conta-corrente. A conta-corrente do governo federal é formada por bens (a balança comercial) e serviços, que envolvem as taxas pagas aos investidores estrangeiros. Mesmo em períodos de boom das *commodities*, onde há um superavit do balanço comercial, geralmente este superavit não é suficiente para suprir os deficits em serviços. O balanço dos serviços do Brasil é estruturalmente deficitário; paga-se mais do que se recebe. Foi apenas no período 2003/2007 do governo Lula que houve o superavit do balanço comercial superou o deficit dos serviços (PAULANI, 2013; DELGADO, 2012).

Nas últimas décadas, vêm crescendo o papel reprimarizante colocado para as economias dos países latino-americanos como um todo, como ressaltam Milanez e Santos (2013), com forte incentivo do Estado, que passa a articular os recursos financeiros por meio da flexibilização de leis e fornecimento de infraestrutura aos setores extrativistas.

Eduardo Gudynas (2012, 2016) denomina esse modelo de desenvolvimento de neoextrativismo, focado no crescimento econômico e baseado na apropriação dos chamados recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada gerando uma dependência constante em relação à metrópole.

Essa relação dependente, porém, – da extração e exportação de matérias-primas – mantém-se praticamente inalterada até a atualidade, como resalta Acosta (2016):

Alguns países mudaram um pouco os elementos relevantes do extrativismo tradicional ao lançarem mão de uma maior intervenção do Estado nessas atividades. No entanto, para além de algumas diferenciações mais ou menos importantes, a modalidade de acumulação extrativista parece estar na medula da proposta produtiva tanto dos governos neoliberais quanto dos governos progressistas (ACOSTA, 2016, p. 51).

O autor explica a distinção entre o termo extrativismo, que está relacionado aos modos tradicionais e coletivos de apropriação dos recursos naturais no Brasil, a exemplo dos seringueiros e das reservas extrativistas na Amazônia, e a pluralidade de extrativismos como um modo de apropriação de recursos naturais, caracterizado pela quantidade massiva de extração, geralmente direcionados para a exportação como bens primários, sem ou com limitado processamento industrial.

O modelo neoextrativista (GUDYNAS, 2016) carrega o Estado como um importante agente, com papel ativo, que busca sua legitimação por meio de uma narrativa da apropriação e redistribuição de parte da renda gerada, apresentando afinidades com a emergência de governos autodefinidos como progressistas. O que se percebe, então, é que o paradigma neoextrativista não é uma completa inovação, mas sim uma combinação de aspectos historicamente enraizados na paisagem econômica e política latino-americana, com novos arranjos institucionais e jurídicos. O neoextrativismo, porém, carrega novos e complexos desafios para os países da região, que entrelaçam alta tecnologia, inseridos na divisão internacional do trabalho e do capital, avançando sobre novas fronteiras e, sobretudo, agravando os ‘efeitos derrame’ da mineração (GUDYNAS, 2016).

No início dos anos 2000, a América Latina presenciou o retorno em vigor do imaginário de desenvolvimento, em chave extrativista, ao ritmo da forte alta dos preços das matérias-primas. Diante da possibilidade de rentabilidade extraordinária, o chamado “Consenso das Commodities” obscureceu as diferenças ideológicas: seja na linguagem grosseira da desapropriação (perspectiva neoliberal), seja através do controle do excedente pelo Estado (perspectiva progressista), há uma associação multiescalar entre corporações globais e governos nacionais para a expansão de megaprojetos extrativistas (mineração, agronegócio, exploração de hidrocarbonetos, megabarragens), caracterizadas por um modo de intervenção vertical e sem consulta aos territórios e populações diretamente atingidos (SVAMPA, 2013 e 2018).

É interessante apontar que a estruturação da Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales coincide com a ascensão dos governos progressistas da região. O início de suas ações foi em 2005, com o primeiro encontro de

mulheres trabalhadoras mineras e atingidas pela mineração – um marco importante de posicionamento contra os efeitos das atividades extrativistas, e não somente por demandas trabalhistas. Em 2005, houve o *Primer Encuentro de la Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras*, em Cerro de Pasco, Perú.

Em documentos de memória da história do grupo, o período de 2004 a 2005 é destacado a partir do contexto de expansão da mineração na América Latina; aumento dos preços de minerais e metais a nível mundial; governo Lula no Brasil e surgimento de múltiplos movimentos sociais frente as atividades extrativistas⁷. Isso nos mostra as convergências dos governos progressistas com as agendas alinhadas com a expansão das atividades extrativistas.

Para Svampa (2021), o neoextrativismo está relacionado a uma expansão das fronteiras da mercantilização, um modo de apropriação da natureza baseado na superexploração dos bens naturais, em grande parte não renováveis, caracterizado pela grande escala e exportação, e a inclusão de novos territórios, antes considerados improdutivos ou não valorizados pelo capital.

A autora enfatiza que os extrativismos do século XXI são fruto de um acelerado aumento do metabolismo social no quadro do capitalismo neoliberal, marcado por uma maior demanda por energia e materiais, que se traduziu em maior pressão sobre os bens comuns, transformados em mercadorias, com o consequente agravamento da crise climática e a destruição de ecossistemas.

Mesmo nas gestões dos governos classificados como progressistas na América do Sul, “persiste a importância dos setores extrativistas como um pilar relevante dos estilos de desenvolvimento”, destaca Eduardo Gudynas (2016). De acordo com suas reflexões, embora o progressismo sul-americano tenha promovido um extrativismo de novo tipo, tanto por alguns de seus componentes como pela combinação de velhos e novos atributos, não há mudanças substantivas na atual estrutura de acumulação. Seus efeitos econômicos e territoriais, entretanto, mostram dinâmicas atuais que são analisadas ao longo dessa pesquisa.

⁷Um exemplo é a Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale, que em 2009 articulou diversas organizações, movimentos e acadêmicos no Brasil e em outros países do mundo para fortalecer o enfrentamento aos impactos causados pela indústria extrativa da mineração, sobretudo os vinculados à empresa Vale S.A. O Movimento pela Soberania Popular na Mineração começou a ser articulado em 2012, período do governo do PT da Dilma Rousseff.

As ações dos diferentes Estados latino-americanos foram carregadas de racismo, machismo e injustiça ambiental. Representantes de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, entidades ambientalistas, pesquisadores, movimentos negros e indígenas construíram o conceito de injustiça ambiental como sendo um mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, “destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL).

Fundada em 2001, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), cuja Declaração de fundação se extrai a seguinte citação:

Por Justiça Ambiental designamos o conjunto de princípios e práticas que asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas (ACSERALD, 2009).

Assim, cumpre destacar o racismo ambiental ao se falar sobre injustiças ambientais. Com base em Tania Pacheco (2007, p. 5) “chamamos de racismo ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua ‘raça’, origem ou cor”.

A publicação da *Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales* mostra que a atuação estatal como cúmplice dos processos de injustiça ambiental:

Os Estados não garantiram a devida defesa dos direitos humanos das mulheres em particular, cujas ameaças e violações foram se multiplicaram nesses processos de resistência, tanto por sua condição de mulheres, bem como por sua condição de defensoras, deixando a grande maioria de casos em absoluta impunidade (Luchas de mujeres defensoras contra el extractivismo minero en el Abya Yala, p. 121, 2021, tradução própria).⁸

O modelo “progressista” de desenvolvimento, com sua mistura de assistencialismo e extrativismo e sua dependência de uma economia orientada para exportação como base

8 Do original: Los Estados no garantizaron la debida defensa de los derechos humanos de las mujeres en particular, cuyas amenazas y violaciones se multiplicaron en estos procesos de resistencia, tanto por su condición de mujer, como por su condición de defensoras, dejando en la gran mayoría de los casos en absoluta impunidad.

para uma distribuição mais igualitária da riqueza foi o caminho adotado no Brasil, nos governos da Bolívia, no Equador e na Argentina, por exemplo.

Vale ressaltar que as ascensões mais recentes ao poder institucional por governos da extrema direita em diversos países do continente permanecem evidenciando projetos de exacerbação das desigualdades do sistema capitalista, e de alinhamento ao projeto neoextrativista (ACSELRAD; FURTADO; BARROS; GIFFONI; TEIXEIRA ASSIS, 2021).

A publicação “Resistencias por la Vida y el Territorio Frente al COVID-19 y la Pandemia Minera”⁹, realizada por *Coalición Contra La Pandemia Minera* em maio de 2022, mostra como a indústria da mineração recebeu apoio direto dos governos analisados para manter e ampliar suas operações. Segundo o documento os governos do México, Honduras, Panamá, Colômbia, Equador, Peru, Brasil, Chile e Argentina, aliado com as mineradoras aproveitaram a pandemia como uma janela de oportunidade para impulsionar projetos que se opõem ao desejo das comunidades locais – as atividades de mineração tiveram breves pausas e rapidamente foram declaradas como essenciais para a revitalização econômica, respaldadas assim pelos governos.

Com base em estudos de caso desses nove países latino-americanos, incluindo alguns dos mais afetados pelo COVID-19, bem como grandes investimentos em mineração, o relatório examina a resistência dos povos e comunidades indígenas à extração de minerais como ouro, prata, ferro, carvão, lítio, cobre e urânio em seus territórios. Guadalupe Rodríguez, referente latino-americano de *Rettet den Regenwald* (Save the Jungle), uma das organizações que compõem a Coalizão contra a Pandemia da Mineração, que preparou o relatório, explica que desde o momento em que a pandemia global de COVID-19 foi declarada há dois anos, foram indicados sinais cada vez mais claros de diferentes geografias das tentativas da indústria de mineração de aproveitar a situação para avançar com seus processos de licenciamento e suas operações (p.?).

Esses acordos a favor da mineração resultaram em diversas respostas sociais. No Brasil, por exemplo, mais de 100 organizações lançaram campanha expressando seu repúdio ao privilégio concedido ao setor de mineração ao longo da vida das populações

9 Investigação coletiva sobre a interseção entre mineração e pandemia. Disponível em: https://www.regenwald.org/files/es/LAT-AM_Covid_Report_ESP_Final.pdf

afetadas sob o lema: “Mineração não é essencial, a vida é!” (ZUCARELLI, FARIAS E WANDERLEY, 2021).

É interessante apontar, então, a afinidade existente entre o neoextrativismo e o autoritarismo no Brasil (ACSELRAD; FURTADO; BARROS; GIFFONI; TEIXEIRA ASSIS, 2021). Os autores e autoras mostram a existência de um autoritarismo de Estado atuando a favor de um autoritarismo de mercado, com a retirada de direitos através da reforma trabalhista, por exemplo, além da adoção de novos códigos florestais e ambientais, reformulados para favorecer o acesso da indústria agromineral a áreas até então mantidas fora do controle do mercado. São novos dispositivos acionados para permanecer legitimando uma estrutura já conhecida pelos países latino-americanos.

O neoextrativismo, então, permanece garantindo a inserção internacional subordinada e funcional à globalização do capitalismo transnacional. Não apenas mantém, mas avança com a fragmentação dos territórios e com enclaves extrativos associados aos mercados globais. Segundo Gudynas (2016), para além da apropriação dos recursos, são reproduzidos as regras e o funcionamento dos processos produtivos voltados para a competitividade, a eficiência, a maximização da renda e a externalização de impactos.

São causadas, então, permanentes tensões geradas pela ação do capital nos territórios, em nome da conformação de espaços produtores de commodities agrícolas e minerais, exatamente os dois principais focos do modelo de desenvolvimento extrativista contemporâneo, fomentado pelo Estado. Em ambos, tais projetos de desenvolvimento disputam com o modo de vida tradicional e conformam conflitos ambientais (RIGOTTO; LEÃO e DE MELO, 2018).

Os megaprojetos de investimento são definidos por Deborah Werner (2012) como grandes unidades produtivas relacionadas ao desenvolvimento de atividades básicas, com o início de cadeias produtivas, para extração e produção de minérios, grandes obras de infraestrutura, complexos industriais portuários, termelétricas, hidrelétricas, etc,

Esses projetos foram assumidos como meio mais eficaz de assegurar a difusão acelerada do desenvolvimento, a partir do progresso técnico nas regiões que foram instalados, colocados como capazes de superar as desigualdades regionais que marcam o desenvolvimento capitalista brasileiro e latino-americano (WERNER, 2012, p. 159).

Maristella Svampa (2012) ressalta como o desenvolvimento extrativista faz permanecer as relações de colonialidade na América Latina, e defende o extrativismo como

categoria potente para entender o desenvolvimento e os discursos que ele carrega. Há uma persistente colonialidade que afeta a natureza latino-americana, mas também o imaginário social sobre o que é progresso, o que é desenvolvimento. O neoextrativismo mantém, assim, o mito do progresso e do desenvolvimento sob uma nova hibridação cultural e política. Apostamos, assim, em um desenvolvimento que não nos envolve, mas nos distancia da vida, como afirma Antônio Bispo dos Santos (2015).¹⁰

Conforme indica Araújo (1991), sob essa forma de intervenção a ação estatal não mais se preocuparia em viabilizar a captura das regiões para inseri-las no processo de industrialização complementar ao centro hegemônico. Seu objetivo passava a ser identificar os potenciais microlocalizados passíveis de serem explorados no âmbito de um programa estratégico nacional. Assim, a intervenção do Estado buscou concretizar a apropriação de riquezas através dos grandes projetos de investimento, que se tornaram os geradores de novas regiões, fazendo com que o planejamento e a gestão desses espaços passassem a ser competência da empresa ou agência setorial responsável pelos investimentos.

Vainer (1990) afirma que ante cada setor produtivo, cada agência setorial, não mais se apresentam as regiões, mas um espaço integrado e diferenciado de localização de investimentos e projetos, que conformam um conjunto de pontos que não se individualizam senão pelo potencial que oferecem à conquista econômica.

No entanto, a instalação de grandes projetos de investimento em regiões periféricas não foi capaz de superar as desigualdades nem a subordinação do conjunto do território à lógica e ao ritmo ditados pelo centro hegemônico da economia, uma vez que a energia gerada não estaria relacionada ao impulso das atividades produtivas regionais. Vainer e Araújo (1992) afirmam que as regiões periféricas acionadas para participar do processo de industrialização por meio do fornecimento de recursos naturais foram investidas por um movimento de conquista com o objetivo de apropriação e exploração dos recursos estratégicos através da mobilização direta do território, de modo que o centro instalou na periferia enclaves econômicos, políticos e ambientais.

Dadas suas características (fragmentação social, deslocamento de outras formas de economia, verticalidade de decisões, indignação das populações, forte impacto sobre ecossistemas e territórios), mais do que sua consequência, o conflito ambiental é inerente

10 O contrário do desenvolvimento é o envolvimento, segundo o autor. A noção de envolvimento está ligada à reflexão sobre o conceito de 'biointeração', de sua autoria.

ao neoextrativismo, mesmo que isso não se traduza em todos os casos na emergência de resistência social explícita.

Como uma espécie de corolário da dinâmica neoextrativista, Andréa Zhouri (2017) chama atenção para um intrincado processo de ‘violência das afetações’ concretizado pelo neoextrativismo:

Esse processo compreende uma série de dinâmicas interligadas, as quais são definidas fora da localidade, por mercados mundiais, mas que encontram materialidade nos territórios. Fundamentalmente, as ‘violências das afetações’ implicam em expropriação, na destruição de biomas e ecossistemas, na eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados (ZHOURI, 2017, p. 11).

A consolidação do extrativismo minerador tem implicado mudanças profundas em todas as dimensões sociais, como indica Machado Aráoz (2014). O autor aponta a contundência e eficácia do regime minerador, que conforma um novo cenário socioterritorial regional, tanto no plano macro das instituições e suas variáveis estruturais, como em nível micro, das subjetividades e das experiências da vida cotidiana. São realidades manifestadas em um cenário de conflitividade estrutural em torno do território como espaço de vida e projeto político (SANTOS 1996; PORTO GONÇALVES, 2002).

Os conflitos socioambientais escancaram situações de disputa sobre a apropriação dos recursos ambientais em que imperam condições de desproporcionalidade no acesso às condições naturais, bem como uma desigualdade na disposição dos efluentes. Além disso, os conflitos ambientais são caracterizados pela irrupção de embates entre práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território ou sobre territórios conectados, levando à colisão e disputa entre sistemas diversos de uso, controle e significação dos recursos, em que muitas vezes leva à despossessão dos grupos locais (KIRSCH, 2014).

São cenários em que os agentes ocupam posições assimétricas de poder, a partir de uma distribuição desigual dos capitais políticos, econômicos e simbólicos. Por isso, os conflitos ambientais surgem de diferentes modos de apropriação técnica, econômica, social e cultural do mundo material (ZHOURI E LASCHEFSKI, 2010; ACSELRAD, 2004). Compreender a profundidade desse tipo de conflito requer entender a própria natureza ecobiopolítica do território (ARÁOZ, 2014).

O território pode ser concebido como um produto complexo do ato de apropriação - inseparavelmente material e simbólico - que ocorre no e pelo trabalho, pela energia psíquica,

corporal e social que designa, se apropria e transforma a disposição dos fenômenos, elementos e processos que ocorrem em um determinado espaço geográfico, e que desta forma, é assim convertido no ambiente de vida das pessoas ali inseridas:

Assim, não há território sem sujeito político que o constitui como tal no quadro daquela relação pragmática que se estabelece entre população e espaço geográfico na gestão da vida. Mas, da mesma forma, não há sujeito sem a materialidade do corpo-indivíduo vivo, cujo processo da vida não pode prescindir dos fluxos de energia que a "amarram" a um espaço provedor geofísico-biológico específico (MACHADO ARÁOZ, 2010, tradução própria).¹¹

Para Porto-Gonçalves (2009), a luta pelo território é uma das mais relevantes no novo ciclo de lutas do movimento dos povos originários, que se delineia a partir dos anos oitenta do século passado (posição dos Miskitos com/contra a Revolução Sandinista na Nicarágua) e que ganha sua maior expressão nos anos noventa e inícios do novo século (Marcha pela Dignidade e pelo Território na Bolívia e no Equador, em 1990, e Levante Zapatista, em 1994), revelando mudanças profundas, tanto do ponto de vista epistêmico quanto político.

Assumindo um caráter central, a luta pelo território se configura como uma perspectiva teórico-política inventiva, na medida que a dimensão subjetiva e cultural está aliada a dimensão material (água, biodiversidade, terra). O território é, assim, natureza e cultura, como enfatizado por Arturo Escobar (2005) e Enrique Leff (2006).

Qualquer intervenção sobre os territórios, portanto, envolve uma afetação sobre as fontes da vida, os meios de trabalho e as formas culturais e políticas de reprodução social. Segundo Henri Acselrad (2004), as diversas formas sociais de apropriação do mundo material estão estruturadas pela desigualdade de poder sobre os recursos, no entanto:

é pelas práticas de apropriação cultural do mundo material, onde, para além dos modos de apropriação propriamente produtivos movidos pela dinâmica utilitária da economia e do processo de diferenciação social dos indivíduos, o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados (ACSELRAD, 2014, p. 15).

Nesse espaço onde se conjugam as relações sociais cotidianas, tanto na ordem das crenças, ritos e cenários simbólicos, como nas formas de trabalho e produção, incluindo,

11 Do original: Así, no hay territorio sin sujeto político que lo constituya como tal en el marco de esa relación pragmática que se establece entre población y espacio geográfico en la gestión de la vida. Pero, del mismo modo, no hay sujeto sin la materialidad del cuerpo-individuo vivo, cuyo proceso de vida no puede prescindir de los flujos energéticos que lo "atan" a un determinado espacio proveedor geofísico-biológico.

entre outras, atividades agropecuárias, assim como lugar de cuidado de acordo com os ciclos da natureza – é lugar onde as relações sociais onde as culturas se enraízam. Se o território alude ao espaço, a territorialidade é a própria conjunção, é uma construção histórica e coletiva que considera o vínculo profundo de um grupo populacional com o lugar que habita (RICO; CORREDOR; AVENDAÑO, 2014).

Na investigação sobre essa construção de territórios, Doreen Massey (2005), tratando da relação dos corpos com os espaços, parte da premissa que o importante em estudar o espaço é reconhecer como ele foi construído, quais estruturas políticas e relações de poder e saber o permearam. A autora mostra que buscar como o espaço foi construído nos permite entender as desigualdades sociais que os demarcam. Para Massey (2005), existe uma relacionalidade do conceito de espaço e as políticas de desenvolvimento: “[...] os diferentes indivíduos estão situados de maneiras muito distintas nesses fluxos e interconexões [...] isso está relacionado com o poder”. (MASSEY, 2005, p. 165).

Quando assumimos que os corpos que ocupam o território não são iguais e que dependem dos papéis socialmente colocados segundo o gênero, raça, classe, etnia (além de outros marcadores sociais) surge a pergunta: que lugar ocupam os corpos das mulheres nos territórios afetados por megaprojetos? McDowell (2000) ressalta que as feminilidades e masculinidades se produzem e reproduzem junto a tudo que une simbolicamente as (os) sujeita (os) com seu lugar. Delmy Hernández (2016), sobre isso, nos ensina:

Embora defendam a menção de que o espaço é socialmente construído, essa construção tem um referente e é patriarcal, as mulheres e os corpos femininos não são vistos como parte dele, apenas adicionados a ele; então, ficamos na desigualdade e ainda mais se etnia, classe, raça e idade forem articuladas no debate (HERNADEZ, 2016, p. 41, tradução própria).¹²

Nos territórios, as relações são diversas e diferenciadas de acordo com os traços dos habitantes, de acordo com o gênero, de acordo com a classe social, de acordo com as histórias. Daí a importância de sublinhar que a territorialidade se configura de diferentes maneiras. Os usos do tempo e os papéis das mulheres dão conta das diferentes territorialidades, que podem ser relacionadas a espaços e lugares para compreender as

12 Do original: Si bien defienden la mención de que el espacio se construye socialmente, esta construcción tiene un referente y es patriarcal, las mujeres y los cuerpos femeninos no son vistos como parte de él, solo se le suman; entonces, nos quedamos con la desigualdad y más si en el debate se articula etnia, clase, raza y edad.

dinâmicas de continuidade e mudança do território e como estas podem ser decisivas para a configuração das territorialidades.

Vitória Gonzalez (2021) mostra que, a partir das práticas cotidianas, podemos perceber a relação entre corporalidades e espacialidades - práticas de relacionamento com o corpo e o espaço e a partir destes, que guardam relação também com processos de identidade e diferença. Para Gonzalez, é na ação do corpo que este se constitui no espaço, por isso não são unidades fechadas, mas porosas e interpenetráveis.

Nesse sentido, os apontamentos feministas territoriais, nessa dinâmica entre poder e resistência, dialogam com a argumentação de David Harvey (2004), no sentido de que os corpos são produzidos por processos de diferenciação, mas também podem modificar os processos que os produzem, a partir de lutas e ações políticas emancipatórias e de transformação. O autor argumenta que as atividades performativas que um corpo pode exercer se relacionam com as condições do espaço e do tempo em que se encontram e, indo além, que:

o estudo do corpo tem de basear-se na compreensão das relações espaçotemporais concretas entre práticas materiais, representações, imaginários, instituições, relações sociais e estruturas vigentes de poder político econômico. Pode-se então ver o corpo como um nexo por meio do qual abordar possibilidades de uma política emancipadora (HARVEY, 2004, p. 178).

O neoextrativismo, como modo que se esforça para se apropriar do território destruindo as condições básicas para a garantia da vida, faz nublar ou desaparecer as condições para cuidar adequadamente da corporalidade. Sem meios para habitar, não pode haver modos de vida dignos que garantam a sobrevivência.

A territorialidade é parte do que nos constitui, e se expressa na forma como nos relacionamos com o mundo. Para Ana Luisa Queiroz e Marina Praça (2020), há uma relação indissociável em nossos corpos como extensão da vida e das afetações vividas; ou seja, as práticas cotidianas e as paisagens dos territórios se confundem com os próprios corpos das mulheres. As autoras insistem que nada do que acontece a um território deixa de ser sentido pelo corpo de uma mulher que faz daquele lugar morada: “as mulheres sentem de forma particular as lutas territoriais, pois além dos impactos gerais, vivenciam a opressão estrutural do patriarcado sobre suas vidas. Em muitos casos, dentro das suas próprias organizações, comunidades e casas” (QUEIROZ E PRAÇA, 2020, p. 6).

A vida e os bens comuns foram levados aos mercados internacionais e, assim, as expressões territoriais de defesa dos modos de vida tradicionais têm sido descritas como um entrave ao desenvolvimento e ao projeto de acumulação excessiva. Os corpos das mulheres têm sido objeto de estigmatização e criminalização, estratégias que lançaram dispositivos nas formas territoriais e corporais para, ao mesmo tempo, enfraquecer os tecidos sociais e anular os sujeitos territorializados. A partir de elementos como militarização, ocupação de territórios, contaminação de recursos naturais, desintegração do tecido social e desarticulação das economias locais, as mulheres são especialmente afetadas como mães e provedoras domésticas (CIDH, 2015).

Por isso, há um crescente reconhecimento de que os efeitos dos conflitos sociais causados pelo neoextrativismo são desiguais, sentidos e resistidos de forma diferenciada de acordo com gênero, raça, origem social¹³. Nesse sentido, Villareal e Echart (2019) ressaltam que o neoextrativismo principalmente a vida, os corpos e os territórios das mulheres, tanto na promoção de projetos de mineração quanto na expansão da monocultura ou outras atividades de exploração intensiva dos recursos naturais. A próxima seção visibiliza essas afetações diferenciadas vividas pelas mulheres que são diretamente atingidas pelos megaprojetos de mineração.

1.1 Impactos diferenciados para as mulheres

Diversas análises, reflexões e mobilizações que mostram os efeitos diferenciados das intervenções extrativistas nas vidas das mulheres têm sido construídas, considerando o aprofundamento das formas de controle patriarcal e racista sobre seus corpos e territórios.

Fabrina Furtado e Carmen Andriolli (2021) analisam como a violência, inerente aos conflitos ambientais decorrentes da lógica desenvolvimentista, está também associada à violência contra as mulheres, principalmente àquelas que dependem de seus territórios para garantir o sustento e a vida de suas famílias:

A perda dos territórios e a sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados com as famílias em decorrência do agravamento da saúde por causa dos projetos de desenvolvimento, a destruição do

13 O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), por exemplo, apresentou através da publicação “Mulheres e Mineração do Brasil” os impactos específicos vividos pelas mulheres nesse contexto (IBASE, 2016).

tempo-espaço e da autonomia, a violação e a exploração dos corpos de mulheres e meninas e a negação das mulheres como sujeitos políticos demonstram como as desigualdades de gênero são reforçadas por estes tipos de investimentos (FURTADO E ANDRIOLLI, 2021, p. 88).

Os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Pacs¹⁴ também têm contribuído para o debate sobre os efeitos diferenciados destas intervenções nas vidas das mulheres, considerando que elas aprofundam formas de controle heteropatriarcal e racista sobre seus corpos e vidas. Esses impactos são explicados a partir da sobrecarga de trabalhos domésticos e com os cuidados das famílias e da comunidade em decorrência do agravamento da saúde por causa dos projetos de desenvolvimento; a falta de autonomia financeira; a exploração dos corpos de mulheres e meninas e a negação das mulheres como sujeitos políticos e de direitos demonstram como as desigualdades de gênero são alimentadas pelo desenvolvimento capitalista (INSTITUTO PACS; 2017, 2021).

Vázquez (2017) demonstra como os territórios atingidos passam a ser costurados a partir da lógica de acumulação de capital, sofrendo uma modificação de suas práticas e costumes, reforçando a patriarcalização do espaço em diversos níveis. Essa dinâmica tem sido chamada de repatriarcalização do espaço - esse conceito é mobilizado para apontar a existência de relações machistas prévias de forma anterior ao início das intervenções, mas que passam por processos de reconfiguração e aprofundamento com a instalação de megaprojetos.

Como apontado por Vázquez (2017), a penetração das atividades extrativistas pelas empresas acarreta em transformações socioterritoriais, como a ruptura com atividades produtivas e reprodutivas prévias, gerando profundas consequências na gestão e sustentabilidade dos territórios. Dessa maneira, a territorialização de megaprojetos extrativistas pressiona para reconfigurar os territórios em que estão situados, produzindo uma “nova ordem patriarcal, que conflui, se enraíza, aprofunda e reatualiza a existência de relações machistas prévias” (García-Torrez, 2020, p. 32). O racismo e o patriarcado são aspectos que se acentuam nesse contexto.

¹⁴ O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul desenvolve muitas ações e investigações sobre megaempreendimentos e a construção de alternativas e resistências pelas mulheres atingidas por eles, como a publicação *Mulheres Atingidas: territórios atravessados por megaprojetos* – disponível em: <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/mulheres-atingidas-territorios-atravesados-por-megaprojetos/>

O livro *Mujeres Defensoras Contra el Estractivismo Minero en Abya Yala*, desenvolvido pela Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales, é um diagnóstico importante para entender, a partir de uma narrativa própria das mulheres, suas experiências e dores desencadeadas em contextos extrativistas, a partir de 25 casos localizados na Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Guatemala, Honduras, Equador e Peru.

Com a chegada de projetos de mineração em locais onde estão localizados os mananciais que sustentam as comunidades, as fontes vitais como a terra e a água podem passar por contaminação de metais pesados, muitas vezes tóxicos e prejudiciais à saúde.

Em Catamarca, na Argentina, as mulheres em resistência ao projeto de mineração de responsabilidade da empresa Yamana Gold Inc., por exemplo, denunciam a intensa mortalidade dos peixes pela filtração rejeitos nas águas do território. Carolina Caliva (2021), representante do movimento de resistência a esse projeto, ressalta a privatização das águas pela empresa: “sabemos que a pouca água que temos é privilegiada para o uso para a mineração, e não a produção local dos povos que vivem da agricultura” (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, 2021, p. 21, tradução própria).¹⁵

A deterioração das condições ambientais aumenta os problemas de saúde das populações atingidas e, se historicamente as mulheres são responsabilizadas pelas práticas de cuidado, recaem também a elas a sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados com a comunidade em decorrência do agravamento da saúde das pessoas no território.

Os impactos físicos causados por metais e substâncias tóxicas afetam muitas vezes de maneira irrecuperável a saúde das mulheres e de suas famílias, como afirma Raquel Coca, representante da *Plataforma por la Salud Ambiental y Humana*, no Peru:

O chumbo pode causar aborto em gestantes – além disso, para nós mulheres, ao contrário dos homens, somos mais propensas a osteoporose. Você pode imaginar quando há chumbo em nossos ossos, quando há mercúrio e arsênico, substâncias cancerígenas? (...) na menopausa ter que enfrentar as consequências de uma contaminação por metais, é muito doloroso, porque tudo te agrava pela condição de ser mulher (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE

¹⁵ Do original: Nosotras sabemos que con esa poca agua con la cual contamos se está privilegiando que se siga usando para la megaminería cantidades de agua y no la producción local de los pueblos que viven de la agricultura.

Em Catamarca, as mulheres denunciam numerosos casos de depressão, estresse e tensão que afetam suas vidas cotidianas, como mostra o relato de Rosa Farias:

Eu era uma pessoa feliz para sair, com o tempo e com o que têm acontecido, percebo que governos e as empresas nos atropelam, não nos respeitam. É como se eu fosse perdendo a alegria que eu tinha. Você sai apenas com pessoas que pensam e sentem como você, ou seja, com seus pares, porque muitos dos vizinhos não entendem, não querem ter a informação. Então você vai se isolando. (RED LATINOAMERICANA DXE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, 2021, p. 17, tradução própria).¹⁷

Os efeitos na saúde, porém, muitas vezes não possuem uma avaliação ou diagnóstico de qualidade, como apontado por mulheres atingidas pela destruição da Barragem do Córrego do Feijão, da mineradora Vale¹⁸ sobre a falta de justiça social e ambiental em Brumadinho:

Para as mulheres têm sido especificamente difícil esta situação, já que são muitas afetações na pele e na saúde das crianças em geral, mas mesmo assim não existe um estudo rigoroso acerca dos impactos na saúde depois da ruptura da barragem (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, 2021, p. 37, tradução própria).¹⁹

. Durante a caravana de protesto que ocorreu um ano após o rompimento da barragem, da qual o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) participou, muitas mulheres ressaltaram o fato de não terem sido reconhecidas como atingidas em decorrência da falta de título da terra e das ações de grileiro, como também da informalidade

¹⁶ Do original: El plomo puede produce abortos en las gestantes [...] a las mujeres nos cuesta identificar esa diferenciación, sin embargo, afecta de manera diferenciada [...] nosotras a diferencia de los varones somos más propensas a adquirir osteoporosis. ¿Te imaginas cuando hay plomo en los huesos, cuando hay mercurio y arsénico, el arsénico es cancerígeno? [...] en la menopausia tener que enfrentarte a las consecuencias de una contaminación por metales, es muy doloroso, porque se te agrava todo.

¹⁷ Do original: Yo era una persona de salir, alegre, con el tiempo y con lo que una ha estudiado, se da cuenta de qué significa, de por qué los gobiernos y las empresas nos pasan por encima, no nos respetan. Y uno es como que va perdiendo la alegría que tenía. Te vas juntando solo con las personas que piensan y sienten como tú, o sea con los compañeros, porque muchos vecinos no entienden, no quieren tener la información. Entonces, como que te vas aislando

¹⁸ Em 25 de janeiro de 2019 uma barragem da empresa Vale foi rompida, desatando uma onda de catástrofes, com materiais tóxicos espalhados por diferentes territórios. O desastre matou 272 pessoas.

¹⁹ Do original: Para las mujeres ha sido específicamente difícil esta situación, ya que se ven también muchas afectaciones en la piel y, en general, en la salud de la niñez, pero aun así no se cuenta con un estudio riguroso acerca de los impactos en la salud después de la ruptura de la represa.

de seus trabalhos, o que dificulta o recebimento de qualquer tipo de indenização e/ou reparação (INSTITUTO PACS, 2017).

A perda dos fundamentos naturais do território que garantiam estruturas vitais implica uma transformação radical dos estilos de vida, incluindo a soberania e a segurança alimentar, pilar de muitos territórios. São impedidas práticas não monetarizadas de circulação de valor, importantes para a segurança alimentar e nutricional das populações, como o plantio em quintais, cultivo de sementes, atividades historicamente relacionadas às mulheres, além de não serem incluídas nas negociações reparatorias nos casos de crimes que atingem diretamente os terrenos das casas, destruindo-os (INSTITUTO PACS, 2020).

Outro aspecto a ser destacado é que mulheres e crianças, geralmente encarregados da administração da água para a comunidade, devem se deslocar para locais mais distantes para acessá-la, pois alguns mananciais se perdem ou passam a ser controlados pela empresa responsável pelo megaprojeto. O relato de Jackeline Romero, afetada por um projeto de mineração de carvão em Guajira, na Colômbia, sob responsabilidade das empresas Anglo American, BHP Billinton y Glencore, reflete esse cenário:

Todos os córregos que a exploração mineira atinge afetaram a questão do acesso à água, o que implica que temos que procurar água cada vez mais longe e obviamente são exercícios que as mulheres têm que fazer: andar mais, pesquisar mais, gastar mais tempo (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, 2021, p. 55, tradução própria).²⁰

Na Bolívia, mulheres afetadas pelo Projeto Sinchi Wayra, da empresa suíça Glencore, relatam os efeitos dessa contaminação dentro de suas dinâmicas familiares:

Quando você não tem mais água, você tem que ir ao outro lugar mais distante procurar os olhinhos de água onde ainda há água pura, então você vai procurando, você perde mais hora, você deixa suas tarefas... nossos maridos às vezes ficam chateados: o que você tem feito o dia todo? Onde foi? É um conflito na família porque o marido está começando a ficar irritado, e eles dizem como sempre que nós mulheres não fazemos nada, estamos em casa assim, mas isso é tudo ao contrário, são duas vezes mais que fazemos o trabalho de buscar a água de lugares remoto ((RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE

²⁰ Do original: Todos los arroyos que ha afectado la explotación minera han afectado el tema del acceso al agua, eso implica que hay que buscar agua cada vez más y más lejos y obviamente son ejercicios que le toca a las mujeres, caminar más, buscar más, gastarse más tiempo.

As populações também podem ser diretamente desapropriadas de suas moradias, ou indiretamente – quando seus territórios perdem a vitalidade, onde o sustento de seus cotidianos não existe mais. Essas afetações fazem com que muitas vezes as pessoas sejam obrigadas a mudarem de moradia, desconectando-se às suas territorialidades. Há um termo utilizado para esses deslocamentos forçados – os deslocados do desenvolvimento (TURTON, 2003)²².

É relevante apontar que os empregos colocados pela indústria da mineração são predominantemente destinados aos homens, fazendo com que as mulheres nem sequer sejam levadas em conta nas opções laborais impostas em seus territórios. É estabelecida, então, a masculinização da força de trabalho empregada direta e indiretamente pela mineração, intensificando violações de direitos específicas às mulheres, como mostra Cecília Melo (2020).

A autora destaca que, por empregar força de trabalho massivamente masculina, a implantação e operação de megaprojetos agrava a divisão sexual do trabalho: às mulheres resta realizar o trabalho reprodutivo e de cuidado, seja dentro de casa sem remuneração, seja fora de casa na prestação de serviços de limpeza, cuidado e cozinha, sujeitas à informalidade e à precarização, visto como ajuda ao trabalho do homem. Em qualquer cenário, são jogadas para as esferas sociais mais invisibilizadas e desvalorizadas da cadeia produtiva imposta pela mineração, o que aprofunda a dependência econômica em relação aos homens de seu círculo familiar. Por isso, para Esperanza Martínez (2014), o neoextrativismo é representação da ameaça às atividades produtivas lideradas por mulheres e, portanto, de suas autonomias, sendo uma prática que exacerba o machismo.

²¹ Do original: Ha afectado en gran manera, porque cuando ya no tienes agua, tienes que ir hasta el otro lugar más alejado tienes que ir a buscar los ojitos de agua donde todavía hay agua pura, entonces vas a buscar, pierdes más tiempo, dejas tus quehaceres...nuestros esposos a veces se molestan: ¿qué has hecho todo el día? ¿Dónde has ido? Es un conflicto en la familia porque ya el esposo se empieza a molestar, y dicen como siempre que las mujeres no hacemos nada, que estamos en la casa así, pero es todo lo contrario, más el doble hacemos el trabajo de ir a buscar el agua a lugares más alejados, aumenta su trabajo.

²²Existem diversos termos para designar a categoria em questão, tais como “deslocamento e reassentamento induzidos pelo desenvolvimento” (development-induced displacement and resettlement – DIDR), “deslocados do desenvolvimento” (development displacees), “desapropriados” (oustees) e “refugiados do desenvolvimento” (development refugees) (TURTON, David. Refugees and ‘other forced migrants’: towards a unitary study of forced migration).

As atividades de mineração tornam-se um elo fundamental nos enclaves das economias masculinizadas: são principalmente os homens que as desenvolvem, o que gera uma reconfiguração na priorização das atividades socioeconômicas que são realizadas nos territórios uma vez instaladas essas empresas, com tratamento utilitário e monetário em relação à natureza. Nesse sentido, a mineração contribui para a feminização do empobrecimento por meio da violência econômica expressa no baixo vínculo empregatício das mulheres (em 2006, as mulheres detinham 19,8% da força de trabalho no setor de mineração), precárias condições de trabalho, como afirmado em relatório da Cedaw, elaborado pelo CINEP em 2013.

Como consequência, há um agravamento da dependência econômica da mulher:

A perda de renda e postos de trabalho sequer é reparada por medidas compensatórias ou indenizatórias, tendo em vista que as grandes empresas causadoras de danos com frequência relutam em reconhecer as mulheres como membros produtivos de arranjos produtivos tradicionais como a pesca artesanal e a agricultura familiar. Sendo historicamente encarregadas pela alimentação, enfrentam dificuldades para garantir uma renda mínima que dê alguma segurança alimentar às suas famílias (MELO, 2020, p. 48).

O aumento de casos de estupro e o aumento do mercado sexual nas áreas de mineração são indicadores que expressam a deterioração social das mulheres nesse contexto. Em ambientes com atividade extrativista, a demanda por serviços sexuais aumenta, principalmente por conta de a mão de obra utilizada pelas empresas ser predominantemente masculina. (RICO; CORREDOR E AVENDAÑO, 2014).

Além disso, a violência sexual e o uso de as violações coletivas passam a costurar uma forma de punição ou retaliação às ações promovidas pelos movimentos de resistência aos projetos de desenvolvimento (INSTITUTO PACS, 2021).

O corpo da mulher é um território histórico em disputa com o poder patriarcal, capitalista e colonial porque desempenha um papel crucial na sustentabilidade da vida. As múltiplas formas de violência contra as mulheres latino-americanas são violências históricas exercidas pelo patriarcado ancestral e hoje exacerbadas pelo extrativismo. No site oficial da Rede, são destacadas a estigmatização e violência psicológica; a criminalização as violências física e sexual e os femicídios como consequências do modelo de desenvolvimento.

1.2 Criminalização das mulheres atingidas e defensoras

Cristiana Losekann (2016) mostra que à medida que os conflitos ambientais ligados ao extrativismo crescem, ampliam-se também os protestos, resistências e mobilizações das populações que são diretamente impactadas por eles. Nesse contexto, a autora afirma que essas reivindicações passam a articular um enquadramento – o dos ‘afetados’ ou ‘atingidos’ por diversos tipos de grandes projetos de desenvolvimento relacionados às atividades extrativistas – constituindo o que Losekann chama de “política dos afetados”.

Para a autora, essa política é uma compreensão processual da mobilização que conecta diferentes atores e escalas, em que os afetados constroem diversas formas de ação coletiva. Correspondendo, assim, a inovadores enquadramentos e repertórios entre os quais configura-se a “mobilização do direito” ou “mobilização legal” caracterizada pelo uso de oportunidades e *frames* legais (VANHALLA, 2011 apud LOSEKANN, 2016), ou seja, pelas interações com operadores do direito e mecanismos relacionais e interativos diversos (estabelecimento de aliados e antagonistas e criação de novas práticas de ação coletiva):

Nesse processo de mobilização encontram-se tanto os tradicionais atores do ambientalismo de esquerda quanto os novos sujeitos políticos, que emergem do engajamento dessas lutas e do forte sentimento de injustiça que é formulado a partir da percepção de que seus modos de vida são radicalmente afetados pelos grandes empreendimentos econômicos que se instalam nos seus territórios (LOSEKANN, 2016, p. 132).

Vainer (2008) quando analisa o surgimento do conceito de “atingido”, mostra uma relacionalidade com as legislações ambientais ligadas ao licenciamento a partir da década de 1980. A definição foi criada externamente por legislações e acordos internacionais para caracterizar grupos que seriam impactados por grandes empreendimentos, e a identificação desses sujeitos seria necessária para garantir os seus direitos de cidadãos. Nesse momento, dois mecanismos causais de relação entre aspectos institucionais e processos não institucionais parecem estar presentes: as mobilizações articulam legislações ambientais (*frames* legais), que permitem reagir aos empreendimentos, apontando seus impactos ambientais (o quanto afetam a natureza); por sua vez, isso abre espaço para o reconhecimento do humano impactado, o “atingido”.

No atual contexto latino-americano, há uma ampliação dos significados dos “atingidos”. Estão incluídos os tradicionais atores mobilizados pelos impactos de hidrelétricas, mas também aqueles que estão envolvidos em conflitos com atividades de extração de commodities minerais e grãos – conforme destaca Zhouri e Valencio sobre o Brasil e sobre a América Latina em geral (ZHOURI e VALÊNCIO, 2014; VILLEGAS 2014).

Nesse sentido, é relevante apontar que o enquadramento é elaborado a partir da identificação de antagonistas comuns – empresas, corporações, governos, Estados – e por explicações que convergem para a correlação entre capitalismo, globalização e desenvolvimento baseado no extrativismo. A noção de atingido(a) não é meramente técnica nem estritamente teórica, é um reconhecimento que legitima aparatos do direito, como ressarcimento, indenização ou reparação. Segundo Vainer (2008), o estabelecimento de que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo e em alguns casos como legal seu direito a

Outro termo é acionado para visibilizar ações das pessoas que defendem ou são impactadas por violações de direitos. A expressão defensores de direitos humanos é usada para descrever as pessoas que individualmente ou em grupo agem para promover ou proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais universalmente reconhecidos²³.

Nessa pesquisa, utilizo o termo defensoras como uma reivindicação da visibilização das mulheres que defendem seus direitos e territórios como sujeitas políticas, assim como é acionado pela *Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales*, em uma aposta feminista.

A Rede se apresenta como uma organização de mulheres que incide em políticas, projetos e práticas que contribuem para a defesa e direitos dos povos, da natureza e dos direitos sociais que são vulnerabilizados por projetos de mineração e que afetam diretamente as mulheres (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, 2020). Nesse sentido, um dos pilares construídos pelo coletivo é a promoção de ações de salvaguarda da integridade física,

23 O aparato legal sobre os defensores de direitos humanos ganha relevo internacional em 1998, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) incorpora o conceito de defensores de direitos humanos e reconhece a sua importância, manifestando que o trabalho dos defensores de direitos humanos é de importância crucial para a promoção dos direitos humanos em diversas regiões do mundo e merecem proteção especial e permanente – Resolução 53/144 e Resolução 2000/61.

emocional e comunitária de mulheres em estado de alto risco, tanto pelas ameaças por seus papéis de defensoras de direitos humanos, quanto por suas participações em processos de resistência aos projetos de mineração.

Em 2020, a Global Witness²⁴ registrou o assassinato de 227 defensores dos direitos humanos, da terra e do meio ambiente. Para essa organização, os defensores são pessoas enraizadas em suas comunidades, que se identificam com a defesa da terra ou do território ancestral (GLOBAL WITNESS, 2020). Mesmo com altos números que representam esse tipo de perseguição política, os dados sobre assassinatos não refletem a verdadeira dimensão do problema. Em alguns países, os contextos enfrentados por defensoras são difíceis de quantificar ou medir. Fatores como restrições à liberdade de imprensa, bem como a ausência de registros independentes de ataques contra defensores pode levar à subnotificação, por exemplo.

As disputas pela terra e danos ambientais – duas das principais causas subjacentes por trás do ativismo comunitário – também pode ser difícil de monitorar em áreas afetadas por conflitos no mundo. Para além dos assassinatos, muitas defensoras de direitos humanos e comunidades também são silenciadas através do uso de táticas como ameaças de morte, vigilância, violência sexual ou criminalização.

Os processos de criminalização das pessoas que defendem seus territórios são mecanismos acionados por Estados e pelas empresas envolvidas nos projetos de mineração, seja de forma direta, com a violência sexual, os assassinatos e ameaças de morte, seja entrando com processos jurídicos contra as mulheres ou deslegitimando as suas lutas, modos de vida e existências. No caso das mulheres, as ameaças e violações de direitos se multiplicaram nos processos de resistência, tanto por sua condição de mulheres, bem como por sua condição de defensoras (ALIAGA; FUENTES; BECERA; VEGA E VÁZQUEZ, 2021).

Trata-se de uma situação cuja complexidade é intensificada quando os Estados promovem a políticas e projetos que geram as violações ao mesmo tempo em que não garantem a devida defesa dos direitos humanos das pessoas em geral e das mulheres em

24 Desde 2012, a Global Witness vem coletando dados sobre as mortes de defensores da terra e do meio ambiente. As evidências sugerem que, à medida que a crise climática se intensifica, também aumenta a violência contra aqueles que protegem suas terras e nosso planeta. Tornou-se claro que a exploração irresponsável e a ganância que estão impulsionando a crise climática também estão impulsionando a violência contra os defensores da terra e do meio ambiente. Relatório disponível em: <https://www.globalwitness.org/es/last-line-defence-es/>

particular. A grande maioria dos casos de violações de direitos continuam em absoluta impunidade.

As lutas das defensoras de direitos sociais e ambientais têm sido imprescindíveis e, como ressalta a *Rede Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales* em pronunciamento oficial, em 2016²⁵:

é algo que os Estados não toleram, pois a atuação das defensoras de direitos sociais e ambientais abre precedentes para questionar o extrativismo inserido no discurso do bem comum e configura a possibilidade de pensar o bem-estar social a partir de outras perspectivas de desenvolvimento (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, tradução própria).

Ulloa (2016) mostra a importância da perspectiva de mulheres defensoras, como forma de possibilitar a abertura de um espaço conceitual para entender as propostas das mulheres sobre o controle local causado por processos extrativistas. As demandas das defensoras, portanto, são demandas por relações de gênero entre homens e mulheres mais igualitárias nos processos de defesa do território, no trabalho, nas mobilizações, lutas e resistências.

Nesse contexto, as mulheres defensoras de direitos fazem parte de um dos grupos mais expostos aos graves impactos das atividades extrativistas no território (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS, 2018), e a criminalização contra defensoras conforma uma continuidade permanente de violência.

Para a *Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras* (2018), a violência configura-se como continuidade histórica, normativa e funcional ao patriarcado, com forte conotação sexual nos atos de discriminação, hostilidade, criminalização e ataques físicos contra as mulheres. Como destacado em *Diagnóstico sobre Violência a Defensoras* (2012) a violência contra as mulheres constitui uma forma de controle social, discriminação e

25 Do original: Las luchas de las defensoras de derechos sociales y ambientales han sido efectivas en cuanto a sus fines, y es algo que los Estado no pueden tolerar, pues las actividades de las defensoras sientan precedentes importantísimos para cuestionar el extractivismo inserto en el discurso del bien común y configura la posibilidad de pensar el bienestar social desde otras ópticas de desarrollo. Disponível em: <https://www.redlatinoamericanademujeres.org/ya-basta-de-matarnos-por-defender-nuestros-derechos-pronunciamiento-ante-el-asesinato-de-lesbia-yaneth-urquia-urquia-integrante-del-copinh/>

decomposição do tecido social para manter os interesses de grupos econômicos poderosos e vinculados a altas esferas de diferentes governos²⁶.

Em pronunciamento da campanha *Rexistir Tejiendo Cuerpos Territorios*, a Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales proclama o que está na raiz e no sentido fundante do grupo, relacionado aos impactos do extrativismo:

Denunciar que o extrativismo coloniza nossos corpos-territórios, pois extrai e mercantiliza nossa força de trabalho e coloca em arriscar a sustentabilidade da vida. Sem exploração e domínio dos corpos das mulheres, como dos territórios e dos povos que os habitam, não haveria capital. A violência que este sistema exerce são múltiplas. No entanto, é conosco - as mulheres que resistimos, lutamos e fazemos defesa soberana de e para nossos territórios corporais - com que estão mais zangados, exercendo a violência como controle sistemático e mecanismo de disciplina. Assim denunciamos a violência que se exerce em nossos corpos como estigma e violência psicológica, sexual, feminicídio territorial e criminalização ²⁷ (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, 2019, tradução própria).

As defensoras têm sido alvo de intimidações de instâncias oficiais, têm sido perseguidas, insultadas, desqualificadas e estigmatizadas. Ainda assim, a luta das defensoras continua atuando na tentativa de travar a expansão das fronteiras extrativistas nos diversos territórios (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, 2020). Por isso, a efetivação dos direitos humanos está vinculada ao enfrentamento do modelo de desenvolvimento hegemônico. É nesse sentido que as defensoras lutam contra as afetações causadas pela mineração, assim como disputam alternativas ao desenvolvimento.

As diversas violências exercidas sobre as mulheres latino-americanas são parte de uma estratégia utilizada sistematicamente contra os territórios atingidos pelo poder extrativista, patriarcal e colonialista nas vidas, corpos e comunidades de Abya Yala. As tentativas de disciplinamento patriarcal exercidas nas vidas das mulheres combinam-se com

26 Diagnóstico sobre Violencia a Defensoras (IMMDDHH, 2012): “la violencia contra las mujeres constituye una forma de control social, discriminación y descomposición del tejido social para mantener los intereses de grupos económicos poderosos y vinculados a altas esferas de diferentes gobiernos”. Disponível em: https://justassociates.org/sites/justassociates.org/files/informe_2012-2014_de_agresiones_a_defensoras_de_ddhh_en_mesoamerica.pdf

27 O pronunciamento é um eco da campanha do Red REXISTIR #TejiendoCuerposTerritorios, que “recolhe o sentido da resistência histórica de povos e mulheres contra o modo de vida capitalista e patriarcal, e os efeitos destrutivos socioambiental que gera. Uma resistência que defende outras formas de vida dignas, justas e harmoniosas entre a humanidade e a natureza, entre os gêneros e entre os povos, com que processos de organização e defesa do território, bem como defesa dos direitos das mulheres contra violência”. Link para o vídeo: <https://www.redlatinoamericanademujeres.org/recursos/videos> www.rexistir.com

a hegemonia dos discursos e práticas do desenvolvimento extrativista, materializando um modelo político de dominação que ameaça a vida e o futuro dos nossos territórios.

Há, também, outra categoria que vem sendo utilizada por movimentos sociais afetados por megaprojetos – as mulheres atingidas.

O I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (em abril de 1989) definiu como atingidos todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independente do local em que vivem ou trabalham. É assim que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) coloca o termo: “todo mundo que tenha sua vida afetada de alguma forma pela construção da barragem é um atingido. Ainda hoje a ampliação do conceito de atingido é objeto da luta política e social” (MAB, 2005, p. 19).

As mulheres atingidas (MASO; MASO, 2020), assim, se apresentam como um sujeito coletivo organizado ao redor de um movimento popular, e, portanto, de uma práxis feminista popular. Também renovam os instrumentais para a construção de demandas ao propor uma metodologia feminista, popular, latino-americana, própria para a construção de uma agenda a partir dos direitos humanos. Nesse sentido, se auto-organizam como mulheres em uma coletividade e reivindicam um amplo debate sobre efetivação de direitos atrelada a crítica a sociedade patriarcal, colonial e desenvolvimentista.

Furtado e Andriolli (2020), em publicação em que discutem conflitos e resistências de mulheres atingidas por megaprojetos, destacam que em um contexto de ampla diversidade de mulheres afetadas por tais projetos – quilombolas, indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco e agricultoras - que há riscos e lacunas sobre a universalização da categoria mulher, mas que a própria noção e autoidentificação como “mulheres atingidas” revela não só os impactos dos megaprojetos, mas a necessidade de se reconhecer os processos de luta dessas mulheres e suas distintas formas de reinvenção e resistências.

Nesse sentido, as autoras mostram a relevância de demonstrar como os conflitos ambientais decorrentes de grandes projetos, geram um duplo processo: “por um lado, a expropriação de territórios e alteração negativa de modos de vida de quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores e povos indígenas, e, por outro, as implicações diferenciadas para as vidas das mulheres” (FURTADO E ANDRIOLLI, 2020, p. 71).

Nessa pesquisa, não é de interesse esgotar as discussões sobre as categorias de mulheres atingidas e mulheres defensoras, mas sim de compreender que as duas categorias são acionadas como possibilidades reivindicativas, resultado de processos de resistência a megaprojetos de desenvolvimento. Ou seja, são coletivos, muitos dos quais não se identificavam explicitamente como feministas, que com o tempo foram percebendo os impactos diferenciados nas vidas das mulheres e a liderança de mulheres em processos de luta.

O uso do termo defensoras é justificado pela Rede a partir de reivindicações que fazem parte dos seus objetivos fundantes, como mostra pronunciamento oficial do grupo, em 2018. Nesse documento, é destacada a importância da expressão para pressionar a elaboração e implementação de protocolos de investigação aos crimes cometidos contra mulheres defensoras de direitos sociais e ambientais, como ferramenta desenhada para garantir a eficácia das apurações, bem como a segurança das mulheres e suas comunidades de acordo com o marco regulatório nacional e internacional.

O grupo afirma que, para essas investigações, também é necessário o foco na identidade indígena, afrodescendente e camponesa, incluindo em seus princípios uma definição ampla de defensores de direitos humanos que inclua, entre outros, aqueles que defendem direitos relacionados à terra, território e natureza, sociais e direitos ambientais e suas comunidades, assim como o contexto em que ocorreram os fatos investigados e o trabalho de defesa realizado pelas defensoras. O pronunciamento ressalta a necessidade do Estado implementar uma Política Nacional de proteção às mulheres defensoras, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e com a participação das pessoas, comunidades e organizações que os defendem e em consulta com os povos indígenas, para garantir seus direitos à terra, ao território e à natureza, com especial ênfase no direito à saúde das mulheres afetadas pela contaminação das atividades extrativistas nos diferentes territórios.

A categoria de mulheres defensoras abarca a dimensão de que, ao mesmo tempo em que essas mulheres são atingidas, é a partir delas que surgem diferentes estratégias de luta, em resistência:

As mulheres (...) definem, transformam, redefinem e recriam o lugar em lugares que podem ser vividos de diferentes formas. Essas lutas do lugar revelam que as mulheres não atuam como vítimas, mas como agentes conscientes que possuem sua própria integridade nas condições de vida corporal e de seu ambiente (HARCOUT, 2006, p. 47).

Dessa maneira, as mulheres atingidas e defensoras são também produtoras de lutas, de práticas e de epistemologias que buscam superar não apenas os projetos em si, mas a própria lógica desenvolvimentista. As mulheres, portanto, estão na linha de frente nas batalhas contra as corporações transnacionais de mineração e do agronegócio, que invadem as áreas rurais e devastam o meio ambiente (FEDERECI, 2017).

Silvia Federeci (2017) argumenta que a resistência e a amplitude das relações capitalistas estão criando redes e formas mais cooperativas de existência, oferecendo uma visão de como uma sociedade não capitalista pode vir a ser. A autora defende que as mulheres são as principais protagonistas dessa mudança, cada vez mais conscientes de que seu ativismo não deve se limitar a proteger suas comunidades contra as atividades das corporações transnacionais e a lutar, por exemplo, por soberania alimentar e contra a engenharia genética de sementes; precisam também transformar o atual modelo econômico em um sistema que respeite os seres humanos e a Terra:

Elas sabem que os problemas que enfrentam não são resultados de políticas ou corporações específicas, mas estão enraizados na lógica mercenária da acumulação capitalista, que, mesmo com a promoção de uma “economia verde” transforma a limpeza do meio ambiente em uma nova fonte de especulação e lucro (FEDERECI, 2022, p. 204).

Para pensarmos além do desenvolvimento extrativista, cabe discutirmos como a ciência hegemônica é um dos seus pilares, e como estão sendo bordadas algumas alternativas a partir da crítica feminista. O próximo capítulo traz algumas contribuições para esse caminho a partir da Ecologia Política Feminista e dos feminismos comunitários - perspectivas que vêm, ao mesmo tempo, subsidiando, mas também surgindo e se consolidando a partir de lutas e da produção de conhecimento de mulheres que se identificam como defensoras e atingidas.

II - CIÊNCIA HEGEMÔNICA E CRÍTICA FEMINISTA – DISPUTANDO O CONHECIMENTO A PARTIR DA ECOLOGIA POLÍTICA LATINO-AMERICANA E OS FEMINISMOS COMUNITARIOS

2.1 Ciência Hegemônica e Desenvolvimento

A lógica de extrativismo e neoextrativismo está fundamentada em uma forma de produzir conhecimento racionalista. Essa concepção – que propõe a razão como única fonte de verdade – típica da modernidade ocidental, gerou a divisão entre natureza e sociedade, anulando antigas relações entre seres humanos, plantas e animais; e também a relação entre os mundos espirituais e os ancestrais como seres vivos (WALSH, 2008).

Ao dividir natureza e sociedade, o padrão masculino passou a costurar o patriarcado, apontando para uma diferença na evolução de homens e mulheres: em seu processo de humanização, o homem conseguiu emancipar-se da dominação da natureza, das mulheres e da selvageria (SHIVA, 2004). Por um lado, a natureza é vista como fornecedora de matéria-prima para manter a produtividade da economia. Por outro lado, as mulheres ficam confinadas ao papel de reprodutoras da vida para dar continuidade à força de trabalho exigida pelo capital para manter o sistema econômico. Ambos são instrumentalizados como incubadoras de vida (NOGALES, 2018).

Em contextos extrativistas, a natureza, assim como o corpo das mulheres, é considerada um território que deve ser sacrificado para permitir a reprodução do capital; é aquele que pode ser explorado, violado e saqueado. Enquanto o masculino está relacionado às atividades econômicas produtivas, baseadas no controle e exploração de natureza, o feminino é considerado uma natureza sujeita e subordinada que deve sustentar a reprodução da vida mesmo quando os ecossistemas são destruídos (MIRADAS CRITICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO, 2017).

Shiva (2004) reflete sobre o fato de que o domínio do homem sobre a natureza e a mulher se torna possível a partir da consideração de ambos como o outro, o não-eu passivo: o patriarcado capitalista considera que a natureza é matéria inerte e as mulheres seres passivos. Donna Haraway (1998) mostra que o “eles” imaginado constitui uma espécie de

conspiração invisível de cientistas e filósofos masculinistas, dotados de bolsas de pesquisa e de laboratórios; enquanto o nós imaginado:

são os outros corporificados, a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante, fora de nossos pequenos círculos, nos quais uma revista de circulação de "massa" pode alcançar alguns milhares de leitores, em sua maioria com ódio da ciência (HARAWAY, 1998, p. 7).

É interessante pensar que o sujeito político, o cidadão, e o sujeito do conhecimento científico da ciência moderna surgem ao mesmo tempo, no século XVII, com as mesmas atribuições dicotômicas²⁸ produzindo um conhecimento patriarcal, como é apontado por Diana Maffia (2016).

Maffia (2016) mostra, também, que dentro da suposta neutralidade valorativa o sujeito nesse mito de cidadania e conhecimento científico é um sujeito que não coloca seus valores e suas emoções no momento de produzir conhecimento e justiça, somente os neutraliza. Sendo capaz de dominar e apagar suas subjetividades, o sujeito deixa um testemunho daquilo que observa para que outro sujeito possa tomar seu lugar e provar se o que foi descrito é verdade ou não.

Zoe Sofoulis (1988) identificou essa estrutura conhecimento na tecnociência como ‘recuperacionismo’ – o renascimento do sujeito através da homogeneização de todo o corpo do mundo como recursos para seus projetos perversos. A natureza é apenas a matéria prima da cultura, apropriada, conservada, escravizada, exaltada ou de outras maneiras tornada flexível para ser utilizada pela cultura na lógica do colonialismo capitalista.

Essa dominação, então, transforma essas relações em mito, lenda e folclore, e faz com que pareçam seres alheios à modernidade e a razão de substituí-los por uma racionalidade moderno-ocidental (WALSH, 2008). Como não estão vinculados em igualdade de condições, mas organizados de forma hierárquica, o de cima pode aproveitar o de baixo. Um método infalível que tem sido utilizado em toda discriminação e segregação ao longo da história.

A autora mostra que feministas e escritores críticos têm sido ativos questionadores da ciência hegemônica calçada nas doutrinas de universalidade e objetividade graças, em parte, à suspeita sobre um ‘objeto’ de conhecimento ser uma coisa inerte e passiva.

28 Maffia aponta dicotomias que caracterizam os estereótipos culturais sobre o feminino e o masculino, como subjetivo/objetivo; particular/universal; emocional/racional; concreto/abstrato por exemplo.

Observações sobre tais objetos podem parecer ou apropriações de um mundo fixo e determinado, reduzido a recurso para os projetos instrumentais das sociedades ocidentais destrutivas ou ser vistos como máscaras para interesses, comumente interesses dominantes.

Há uma forte relação entre a forma cognitiva moderna e o extrativismo, como afirma Iris Morales (2018). Para a autora, ambos operam com matérias-primas para extraí-las, fabricá-las e reinterpretá-las, apagando o conhecimento sob códigos modernos que aumentam o caráter capitalista de sua apropriação. Assim, o extrativismo não se refere apenas a uma natureza econômica, mas também a uma epistemologia cognitiva que, entrelaçados, se valem da exacerbação de traços culturais para justificar sua ação.

Nesse sentido, Rigotto, Leão e De Melo (2018) apontam como há uma crescente subordinação do campo científico ao campo econômico, rumo ao que eles chamam de mercadorização da ciência. Os autores clamam, diante de uma ciência que nega os outros saberes e outras formas de conhecimento de forma sistemática e desempenha o papel de instrumento de poder para imposição de um projeto global de dominação e submissão da diversidade da vida às dinâmicas de acumulação do capital, “a desobediência epistêmica se impõe como imperativo ético-político para desviar nossa história da direção da barbárie” (p. 356).

Os autores, então, traçam o que chamam de “linhas de fuga para a crença na neutralidade científica” e enfatizam a necessidade da atenção às formas de resgate, reapropriação e atualização de caminhos que vêm sendo criados a partir das novas conexões entre movimentos indígenas, camponeses, afrodescendentes, ambientalistas, ecossocialistas, feministas, e tantos outros.

Radomsky (2011) enfatiza a importância da construção de pontes entre a crítica ao desenvolvimento e a crítica à modernidade/colonialidade, iniciada com os trabalhos de Ferguson e Escobar nos anos 1990, para abrir possibilidades de se “imaginar uma era pós-desenvolvimento” e alternativas à modernidade:

Indo muito além da discussão sobre um suposto “desenvolvimento econômico mais justo”, este pensamento desenha nova geopolítica da epistemologia e busca resgatar práticas, saberes, epistemologias e cosmologias ancestrais: O deslocamento, portanto, é pensar o problema do desenvolvimento como um processo que naturalizou a versão modernizante para a qual o saber científico constitui o eixo de conhecimento válido. Por essa razão, a crítica do desenvolvimento pode se efetivar na insurgência epistêmica, na valorização da ancestralidade, na performance das ontologias-outras que não a ocidental (RADOMSKY, 2011, p. 158).

A proposta da ciência orientada pelo ativismo tem apresentado experiências no sentido da articulação entre essas perspectivas. Rigotto, Leão e De Melo (2018) refletem que, a partir de diversos métodos e abordagens, a ciência orientada pelo ativismo propõe um novo processo de produção de conhecimento, que envolve tanto pesquisadores e quanto ativistas, em um engajamento cooperativo muito relacionado à investigação participativa, em que as pessoas e organizações envolvidas nos conflitos contribuem na definição do problema de estudo, seu desenho e desenvolvimento, a partir do consenso de que “todos têm muito a aprender uns com os outros e do compromisso com a transformação” (p. 362) – como já postulavam Paulo Freire e Fals Borda nos anos 1970.

2.2 – Ecologia Política Feminista Latino-americana

Autores como Enrique Leff (2006), Arturo Escobar (2011) e Héctor Alimonda (2006, 2011), falam sobre as marcas invisíveis da modernidade em nosso continente, que tem sido - ao mesmo tempo - receptáculo de cargas ambientais e fonte de recursos para uma economia extrativista, herança de uma história ambiental de colonização.

Para Héctor Alimonda (2011), o projeto de Ecologia Política Latino-americana (EPL) parte da crítica do amplo espectro de relações de poder vigentes no continente desde a colonização a partir do acesso à terra e o controle sobre os recursos naturais. O autor nos traz a importância de reescrever a história ambiental da América Latina a partir de uma perspectiva decolonial, ou seja, romper com a origem colonial da história ecológica para redescobrir a particularidade e heterogeneidade das paisagens latino-americanas e reorganizar a natureza imposta por uma economia de mercado global (ALIMONDA, 2006).

Ao analisar o caminho reflexivo que a EPL vem trilhando, no entanto, Laura Pérez Prieto (2017) mostra que as preocupações com o gênero, bem como a incorporação da teoria feminista para abordar as relações de poder no continente, não foram suficientemente consideradas no projeto como um todo. A Ecologia Política, ainda tão focada em conflitos ecológico-distributivos de lógica Norte-Sul, esqueceu-se de problematizar essa articulação de heterogeneidades situadas, as diferentes formas de violência que emergem não só da diferença de classe ou etnia, mas também de gênero.

Nesse sentido, uma abordagem costurada a partir da Ecologia Política Feminista Latino-americana nos permite visibilizar e incorporar uma maior multiplicidade de vozes

para impulsionar, de várias frentes, um projeto intelectual da EPL. Um projeto, segundo Prieto (2017), que seria feminizado, descolonizado e democratizado por meio da criação de alianças necessárias para apoiar processos transformadores para todos em sua relação com a natureza.

Evelyn Arriagada Oyarzún e Antonia Zambra Álvarez (2019) ressaltam a necessidade de construção de uma Ecologia Política Feminista Latino-americana, defendendo sua centralidade como compromisso intelectual e político. Oyarzún e Álvarez (2019) mostram que como contribuição intelectual, suas vantagens conceituais e analíticas são inegáveis por abordar as relações de influência mútua entre os elementos estruturais e de agência que permeiam a relação dos diferentes gêneros com a natureza. Da mesma forma, seu caráter multiescalar permite problematizar as complexas relações de poder que se cruzam e interagem entre as esferas domésticas e as esferas globais.

Ulloa (2020), ao analisar os caminhos da Ecologia Política Feminista Latino-americana, mostra que convergem diversas articulações com movimentos feministas, coletivos de geografia crítica, com propostas decoloniais e abordagens acadêmicas. A EPFL está conectada com experiências e conflitos ambientais, assim como com os feminismos latino-americanos, o que implica um compromisso político com os processos locais.

Nesse sentido, as perspectivas respondem a diferentes contextos históricos, com possíveis divergências, que respondem a diferentes trajetórias. O que Ulloa ressalta, entretanto, é a existência de eixos comuns e, por isso, analisa algumas tendências importantes.

A primeira é a urgência de repensar epistemologias e desconstruir os dualismos colocados pela lógica da modernidade, para gerar novas metodologias que incluam seres não humanos. A autora destaca, também, a necessidade do conhecimento situado para analisar as diversas trajetórias localizadas histórica e espacialmente – “o conhecimento, as subjetividades, as identidades e práticas ao redor da natureza, assim como suas transformações específicas e em contextos particulares não estão em uma relação igual entre si” (ULLOA, 2020, p. 96, tradução própria).²⁹ Há um compromisso ativo de construir processos de construção de conhecimento e de luta a partir dos processos locais, tanto com a participação de ativistas, como através do apoio aos movimentos sociais.

29 Do original: El conocimiento, las subjetividades, las identidades y las prácticas alrededor de la naturaleza, así como sus transformaciones específicas y en contextos particulares, no están en una relación igual entre sí.

A descolonização das imposições coloniais é imperativo comum para as correntes interpretativas da Ecologia Política Feminista Latino-americana, assim como a necessidade de descolonizar as formas de produzir conhecimento e as noções de natureza e gênero como categorias únicas, que estão sujeitas às relações desiguais de poder.

Além disso, Ulloa (2020) aponta a construção de alternativas ao desenvolvimento e reconhecimento de outros modos de viver baseados na defesa da vida, que representam alternativas ao capitalismo neoliberal e patriarcado – conectadas a uma crítica do modelo de desenvolvimento econômico. Oyarzún e Álvarez (2019), nesse sentido, invocam a Ecologia Política Feminista como um espaço fundamental para pensar e propor formas alternativas de sociedade e de relação entre o homem e a natureza. Nesse compromisso com o futuro, as autoras clamam a necessidade de incorporação da visão das mulheres, acadêmicas e ativistas da nossa região.

Além de mostrar como comunidades e territórios se tornaram zonas de sacrifício³⁰, as práticas discursivas da ecologia política feminista mostram como o extrativismo discrimina por gênero e constitui um complexo sistema de dominação patriarcal que, por sua vez, reforça outras formas de discriminação em condições de classe, etnia e raça. Um sistema de dominação que legitima as desigualdades como diferenças sexuais e naturaliza a violência do sistema capitalista em sua fase neoliberal sobre os corpos e a vida das mulheres (PAOLA GARCIA, 2018).

Harris (2015) adverte justamente sobre a necessidade de construção, a partir da Ecologia Política Feminista, de alternativas contra-hegemônicas à governança ambiental neoliberalizada, e também àquelas propostas que repromovam a ética do cuidado³¹ como um horizonte político alternativo (ELMHIRST, 2018; BOLADOS E SÁNCHEZ, 2017).

Dizer que a EPF é um lugar político-intelectual para propor a construção de outros mundos implica também trazer a ideia da descolonização do conhecimento para a prática de pesquisa e as relações com aquelas organizações, movimentos e comunidades de

30 O termo zona de sacrifício tem sido usado politicamente por movimentos sociais de justiça ambiental para chamar atenção para regiões que concentram uma grande quantidade de indústrias contaminantes, que afetam diretamente a saúde das comunidades locais.

31 As possibilidades de expressão da ética do cuidado estão conectadas aos compromissos da EPF com o que Wichterich (2015) chama de busca por uma vida boa, estilos de vida seguros e “sustentabilidade da vida”. Isso mostra uma interseção entre a economia do cuidado, os bens comuns e uma crítica ao consumo globalizado, e surgiu em grande parte em resposta à precariedade causada pela exploração capitalista e políticas de austeridade em todo o mundo (Harcourt e Nelson, 2015)

mulheres afetadas por mudanças e intervenções ambientais ou que estão problematizando/agindo em defesa de seus territórios. Como diz Elmhirst (2018):

O pensamento decolonial vai além de uma provincialização pós-colonial do conhecimento ocidental e incentiva a repensar o mundo a partir da América Latina, da África, de lugares indígenas e da academia marginalizada no Sul global (Radcliffe 2017) para desafiar reivindicações universalizantes que subordinam outras formas de conhecimento (p. 57).

A necessidade de uma perspectiva feminista sobre a EPL torna-se ainda mais urgente considerando o contexto atual da região, cuja trajetória tem mostrado crescente feminização das lutas, principalmente as ambientais (SVAMPA, 2015). Isto é, um maior protagonismo das mulheres das classes média e popular nos processos organizacionais de base e nas ações coletivas.

Para Svampa (2021) essa mudança ecoterritorial nas lutas é visível com o fortalecimento das lutas ancestrais pela terra, protagonizadas por movimentos indígenas e camponeses, assim como no surgimento de novas formas de mobilização e participação cidadã, ONGs ambientalistas com lógica de movimento social, redes críticas de intelectuais e especialistas, grupos regionais de vários tipos, experiências agroecológicas, focadas na defesa da terra e dos territórios, na redefinição do comum, da biodiversidade e da relação com a natureza.

Na dinâmica das lutas e suas articulações sociais, foram elaboradas novas linguagens de valorização do território, que expressam a inovadora interseção entre a matriz indígena-comunitária e o discurso ambiental. Essa virada instala novos temas e slogans, desenvolvendo estratégias argumentativas e jurídicas no quadro de um diálogo de saberes, configurando narrativas ecopolíticas que marcam a tendência à emergência de uma subjetividade comum. Nos últimos anos, a virada ecoterritorial foi enriquecida e fortalecida pela ação disruptiva e mobilizadora dos feminismos para a terra, que através da defesa da água, do corpo como território, da soberania alimentar e da agroecologia, e vem gerando espaços de resistência que retribuem a nível local diferentes respostas à crise ambiental.

As mulheres vêm mostrando suas atuações por meio de mobilizações coletivas, dando origem a novos conceitos e questões de ordem, tais como:

Impacto ambiental e justiça ambiental; água para os territórios; corpo e território, territorialidade e cuidado; cura e natureza; acesso à terra e soberania alimentar, entre outros. Surgiram também espaços de coordenação regional, muitos deles redes de mulheres defensoras do meio ambiente, com o apoio de ONGs e fundações de diversos países, entre elas o Fundo para Mulheres do Sul, o Fundo de Ação Urgente para a América Latina e o Caribe e a Rede Latino-Americana de Mulheres Defensoras de Direitos Ambientais e Sociais (SVAMPA, 2021, P. 9).

Astrid Ulloa (2016) descreve esse processo nos seguintes termos:

Considero que os processos políticos de homens e mulheres, que se difundiram na América Latina, podem ser entendidos a partir de uma perspectiva feminista do espaço, que posiciona tanto outras geopolíticas, uma alter-geopolítica, como visões territoriais alternativas, como o corpo-território. Essa perspectiva também permite compreender o aumento das diversas formas de violência contra a mulher em contextos extrativistas e a emergência de redes de mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas. A partir da perspectiva feminista, abre-se um espaço conceitual para compreender as propostas das mulheres sobre o controle local dos processos extrativistas e, portanto, do subsolo, ou seja, uma política verticalizada do território, bem como suas demandas por outras relações de gênero entre homens e mulheres. Mulheres em processos de defesa do território, trabalho, mobilizações, lutas e resistências. Chamo essas dinâmicas políticas das mulheres de feminismos territoriais (P. 126, tradução própria).³²

Para os feminismos em torno da defesa do território, não se trata de sacralizar natureza nem essencializar o vínculo com ela, mas sim defender a terra e o território, mostrando que a sustentabilidade da vida e do planeta se baseia em outro vínculo com o corpo e com a natureza, tanto material como espiritual, no quadro de uma epistemologia das emoções e de afetos (SVAMPA, 2021). Isso considerando que o homem branco, sujeito hegemônico da razão do conhecimento ocidental, distanciou-se do sentir como fonte de enunciação científica. Mas o sentir e o pensar não estão deslocados (SIMAS E RUFINO, 2019)³³.

32 Do original: Considero que los procesos políticos de hombres y mujeres, que se han difundido en América Latina, pueden entenderse desde una perspectiva feminista del espacio, que posiciona tanto otras geopolíticas, una alter-geopolítica, como visiones territoriales alternativas, como el cuerpo-territorio. . . Esta perspectiva también permite comprender el aumento de las diversas formas de violencia contra las mujeres en contextos extractivos y el surgimiento de redes de mujeres indígenas, afrodescendientes y campesinas. Desde la perspectiva feminista, se abre un espacio conceptual para comprender las propuestas de las mujeres sobre el control local de los procesos extractivos y, por tanto, del subsuelo, es decir, una política verticalizada del territorio, así como sus demandas por otras relaciones de género entre hombres. y mujeres. Mujeres en procesos de defensa territorial, trabajo, movilizaciones, luchas y resistencias. A estas dinámicas políticas de mujeres las llamo feminismos territoriales.

33 Os autores provocam reflexões acerca do ser: “O que é o ser se não uma vibração que vagueia no arrebate ritmado e ganha corpo através do sopro? Na ciência do encanto, o ser é um todo. Assim, a palavra do caboclo é parte de si, a vibração do caboclo é a prova de que a sua existência corre a gira da história e permanece como continuidade, supravivência” (SIMAS E RUFINO, 2019, P. 11).

2.3 Feminismo Comunitário e Território-corpo-terra

Essa aproximação do sentir e do pensar é colocada como fundamental por feministas comunitárias. O sentir-pensar (CABNAL, 2010) materializa-se em uma busca pelo valor da diversidade epistêmica e política como base das possíveis articulações da prática feminista antirracista e antipatriarcal.

Os feminismos territoriais, como o feminismo comunitário, fazem parte de um “processo de construção epistêmica, que se tece no território a partir do corpo e sua relação com a terra” (GARGALLO, 2015, p. 177). Ou seja, o feminismo territorial das mulheres das montanhas, mais do que o resultado de elaborações teórico/intelectuais ou acadêmicas, é “uma forma de viver a vida”, como enfatiza Gargallo (2015), que está profundamente vinculada com o território-corpo-terra.

Esses coletivos de mulheres reforçam a ideia de que os impactos de grandes estruturas coloniais são sentidos nos corpos e territórios – que, por sua vez, para além de carne, osso e terra, envolvem afetividades. O corpo nos afeta e é afetado pelos territórios e pelas relações ali tecidas – sejam elas de poder ou de resistência. As práticas cotidianas de enfrentamento aos megaprojetos e de afirmação de seus modos de vida passam pelo corpo de forma indissociável:

As (re)existências são estratégias vivas para visibilizar contextos de expropriação e exploração buscando a redefinição da vida, a partir das brechas, dos atalhos, dos escapes, das potências imateriais, das forças vindas dos mistérios, construindo territórios de dignidade e autodeterminação. Esses corpos coletivos femininos desde os sentidos trazem consigo a experiência inventiva como enfrentamento da materialidade dos conflitos. Na contracorrente das temporalidades, das relações e da organização do modelo de desenvolvimento hegemônico, as mulheres protagonizam a defesa dos bens comuns e da vida. Através da mobilização de suas comunidades, do diálogo com a juventude, da ação direta territorial e da auto-organização, as mulheres têm conquistado espaço e visibilidade nos enfrentamentos aos megaprojetos e na resistência por seus territórios (QUEIROZ; PRAÇA, 2021, p. 14).

A conexão profunda entre corpo e território tem sido incorporada a partir de diferentes perspectivas. Lorena Cabnal (2010), feminista comunitária maya-xinka da Guatemala, é referência e se identifica como mulher indígena porque, segundo ela:

a partir desse lugar posso ser crítica da realidade que conheço e vivo, mas também o faço desde minha identidade como feminista comunitária porque isso me permite abordar a análise do meu cotidiano como mulher indígena com um enfoque antipatriarcal comunitário, que cada dia se tece com seus próprios conceitos e

categorias e que nomeia com autoridade minhas opressões, mas também minhas rebeldias, transgressões, minhas criações (CABNAL, 2010, p. 11).

No cotidiano das atingidas, a mineração em grande escala acentua a condição de vulnerabilidade das mulheres, pois há condições anteriores que essa atividade evidencia e, outras que ela cria. São dinâmicas que reproduzem as relações coloniais que permitiram a imposição de desigualdades de gênero (SEGATO, 2011; PAREDES, 2010; CABNAL, 2010) que ao serem transgredidos geram violência, especialmente para as mulheres:

Estas dinâmicas se centram em demandas que denomino de circulação da vida, dado que propõem alternativas espaciais, ambientais e territoriais, baseadas em princípios culturais em torno a cinco eixos: o posicionamento de outras relações com o não humano (naturezas relacionais); a política territorial horizontal e vertical; as relações de homens e mulheres a partir de outras categorias de gênero; as dinâmicas políticas baseadas em autonomia e autodeterminação e nas práticas de vida a partir de seus conhecimentos (ULLOA, 2015, p. 135).

Cabnal (2010) afirma que o patriarcado originário ancestral é refuncionalizado com toda a penetração do patriarcado ocidental³⁴. Nessa situação histórica eles são contextualizados, e configuram suas próprias manifestações e expressões que são o berço para o nascimento da perversidade do racismo, o capitalismo, neoliberalismo, globalização. Isso se expressa na conceituação do “entronque patriarcal”.

Segundo esta visão, a colonização provocou um entronque entre patriarcados, um original e ancestral e um ocidental, branco e cristão. Esse entronque explica sua existência universal e particular no contexto e permite relacionar a forma como a terra é compreendida nessa cosmovisão e suas implicações para as mulheres na relação profunda que possuem com ela. É uma combinação de opressões, que subordina a terra e as mulheres.

Se o patriarcado surge em sua elaboração como o sistema fundante de outras opressões, sendo anterior ao processo de colonização, foi através da colonização que se constituíram sujeitos racializados, inaugurando assim o racismo como novo sistema de opressão histórico-estrutural. Seu nódulo central estaria na violência epistêmica projetada

³⁴ Para Cabnal, patriarcado é o sistema de todas as opressões, explorações, violências e discriminações que ele vive toda a humanidade (mulheres homens e pessoas intersexuais) e a natureza, como um sistema historicamente construído sobre o corpo sexuado das mulheres.

sobre os povos, desprezando suas histórias, seus saberes e seu pensamento ao negar sua condição de sujeitos.

Para romper com esses entroncamentos, o feminismo comunitário centraliza o território nas discussões e ações emancipatórias. Nesse caminho, o território não pode ser compreendido sem sua cosmovisão e sem a profunda relação cósmica que tem com a terra em seu ser (e não apenas seu “estar”). A proposta do território corpo é coerente, segundo Cabnal (2010), com os lemas “o pessoal é político” e “aquilo que não se nomeia não existe”. Foi necessário ir além desses marcos e afirmar um pensamento próprio, erigido a partir de outra epistemologia.

A recuperação do território-corpo-terra é uma proposta feminista que integra a luta histórica e cotidiana pela recuperação e defesa do território terra como garantia de um espaço territorial concreto onde se manifesta a vida dos corpos. Em outras palavras, a defesa –e a própria existência– do corpo-território está diretamente ligada à defesa do território-terra, um não pode existir sem o outro. O território-corpo é, então, um *continuum* com a terra (FEDERECI, 2022), na qual a placenta dos recém-nascidos é frequentemente enterrada, uma vez que ambos possuem memória histórica e estão igualmente implicados no processo de libertação (GARGALLO, 2013, p. 227).

Trata-se de uma aposta que parte de um “continuum de resistência, transgressão e epistemologia de mulheres em espaços e temporalidades para a abolição do patriarcado” (CABNAL, 2010, p. 12). Para Lorena Cabnal (2020), o território-corpo-terra tem força cosmogônica e política, é uma unidade relacional – não existe o território corpo e o território terra fazem parte de uma mesma unidade.

É uma consigna política, que aposta na recuperação do corpo, e para “defendê-lo do ataque histórico estrutural torna-se uma luta cotidiana e indispensável, pois o território do corpo foi milenarmente um território em disputa pelos patriarcados, para garantir sua sustentabilidade de e sobre o corpo das mulheres” (CABNAL, 2010, p. 23, tradução própria)³⁵. É uma abordagem que nos convida a recuperar o corpo para promover vida com

³⁵ Do original: Recuperar el cuerpo para defenderlo del embate histórico estructural que atenta contra él, se vuelve una lucha cotidiana e indispensable, porque el territorio cuerpo, ha sido milenariamente un territorio en disputa por los patriarcados, para asegurar su sostenibilidad desde y sobre el cuerpo de las mujeres.

dignidade de um lugar em concreto, reconhecer sua resistência história e sua dimensionalidade de potência transgressora, transformadora e criadora.

Segundo Cabnal (2010), recuperar e defender o corpo envolve também provocar conscientemente o desmonte dos pactos masculinos com os quais convivemos, implica questionar e provocar o desmantelamento de nossos corpos femininos para sua liberdade. A invasão gera uma penetração colonial que se configura como “uma condição para a perpetuação de múltiplas desvantagens para as mulheres originárias” (CABNAL, 2010, p. 15) – condições de discriminação que se perpetuam até os dias atuais e são acentuadas com a chegada de megaprojetos.³⁶

Lorena Cabnal clama o termo território-corpo-terra, nessa ordem, porque para seu sentir-pensar a comunidade (território) se estabelece antes da individualidade (corpo). Para Cabnal, entretanto, não há uma separação entre corpo e território, mas justamente uma indissociável relação. Em uma aula aberta no CPDA (2021), Lorena nos ensinou:

Nunca colocamos o corpo em primeiro lugar e depois o território porque é uma ação individualista centrada no corpo. Sempre vamos falar de território-corpo-terra porque territorialidade é uma palavra em espanhol, não chega nem perto do que queremos dizer porque não tem tradução. En (inint) maya é uma declaração maravilhosa que não tem interpretação ou tradução puramente literal, mas o que está dizendo é que toda a sua relação de vida com o cosmos fornece energia vital. E quando ele está dizendo isso, ele também nos diz: você está relacionado ao dia em que você nasceu com a lua, você está relacionado a uma temperatura ambiente naquele dia, você está relacionado à colheita daquele dia. O que é comido, você está relacionado com as canções dos animais onde você nasceu. E tudo é uma relação de vida, o territorial tem a ver com a espiritualidade, com o ciclo do plantio, com a linguagem, com a vestimenta. Usamos a palavra territorial para poder integrar um todo. Não é o mapa geográfico ocidental do território onde há uma figura da terra e das pessoas que a habitam. Não é esse conceito de território, não é um mapa, não é geografia. É uma memória ancestral para a vida. De onde você é, onde você mora, quem é você? E, por isso, gostamos de dizer território porque é o espaço-dimensão onde o corpo -ou corpos- e a terra vivem nesse espaço-dimensão, como relação de vida, de consciência para a vida (CABNAL, 2020, p. 16 apud. CPDA, 2020).

Delmy Hernández, também autodeclarada feminista comunitária, e integrante do grupo *Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*, parte da enunciação de corpo-território. Hernández (2016) considera que o convite deixado pela proposta corpo-território é olhar os corpos como territórios vivos e históricos que aludem a uma interpretação

36 Vale ressaltar que há pensadoras feministas que não consideram a existência de relações de gênero antes da colonização, como Maria Lugones e Oyèrónké Oyěwùmí.

cosmogônica e política, onde nele vivem nossas feridas, memórias, saberes, desejos, sonhos individuais e comuns; e, por sua vez, nos convida a olhar os territórios como corpos sociais que se integram na rede da vida e, portanto, nossa relação com eles deve ser concebida como um "acontecimento ético" entendido como uma irrupção diante do "outro" onde a possibilidade de contrato, dominação e poder não têm lugar:

Os territórios encarnados tornam-se territórios simbólicos, são uma construção social enraizada nas corporalidades. O território existe quando a intersubjetividade nele ocorre, não apenas entre os seres humanos, mas com tudo o que o habita. Aprendemos essa dissonância epistêmica ao entender a relação entre o corpo e o território e a terra como o elemento central que nos dá vida” (HERNANDÉZ, 2020, p. 98, tradução própria³⁷).

As reflexões apresentadas por Hernández expõem que pensar, com e a partir do corpo, o território que encarnamos é um dos principais componentes a que aludem os feminismos comunitários territoriais. Não são apenas estratégias ou formas de luta, são compreensões do território e do lugar que a corporalidade nele ocupa. Assim, o corpo de que nos apropriamos, marca histórias e ganha relevância na medida em que se relaciona com o território e se ancora na terra.

É importante destacar as diferentes linhas interpretativas e caminhos políticos a partir desse termo, seja como território-corpo-terra, ou corpo-território, para entender que as abordagens não são únicas. Para esse trabalho, entretanto, nos interessa investigar convergências a partir dessa categoria, principalmente a partir da defesa e resistência ao extrativismo. Ou seja, analisar como essa categoria é invocada para visibilizar os impactos do extrativismo em diversas dimensões dos territórios e vidas das mulheres, e ao mesmo tempo para construir alternativas e redes de resistência.

Pensar processos pedagógicos a partir do território-corpo-terra significa considerar a dinâmica da expansão da rede que entrelaça o Estado e o capital que afeta a terra. Significa pensar o território-corpo-terra como categoria de conhecimento a ser discutido a partir da razão, mas também das afetações aos corpos, principalmente os

37 Do original: Los territorios encarnados se convierten, en territorios simbólicos, son una construcción social que se enraíza en las corporalidades. El territorio existe cuando la intersubjetividad en él se da, no solo entre seres humanos sino con todo lo que en él habita. Esta disonancia epistémica la hemos aprendido de comprender la relación entre el cuerpo y el territorio y la tierra como elemento central que nos da vida.

feminizados. Nesse último ponto, vale ressaltar que outra dimensão importante destacada pelas feministas comunitárias é a inclusão do próprio corpo nas metodologias de aprendizagem e de ação.

Oficinas, encontros e rodas de conversa realizadas por coletivos³⁸ que incorporam a discussão do território-corpo-terra são realizadas a partir do mapeamento dos conflitos territoriais através da representação no próprio corpo, o que permite gerar uma explicação territorial do conflito através da subjetividade corporal. É uma ferramenta explicativa externa, mas também auto-reflexiva, porque exige uma dimensão que localiza como os corpos sentem e estão situados em conflitos territoriais.

Essa conexão profunda entre corpos e territórios nas vidas de mulheres de Abya Yala tece abordagens e elabora conhecimentos que se afastam da necessidade de neutralidade colocada pela ciência hegemônica³⁹ e da separação entre teoria e prática. Essa abordagem também potencializa criações conjuntas de conhecimentos, militâncias e afetos, para construir pontes e coletivização, como condição da constituição de nossa posição como sujeitos de ação (CRUZ HERNANDEZ, 2015, p. 2).

O território-corpo-terra quando trabalhado em cartografias críticas reflete as marcas, medos e outros sentimentos, mas também potentes histórias de luta e compreensão feminista construídas em territorialidades impactadas pelo extrativismo. Ainda que os contextos políticos e culturais tenham características específicas, é significativa sua importância enquanto conceito e proposta metodológica (CRUZ HENDANDEZ, 2016) no trabalho político para a elaboração de análises e leituras territoriais dos conflitos.

Nesse sentido, o território-corpo-terra permite assumir o corpo como uma escala que, para Joanna Emmerick (2020), potencializa mapeamentos, elaborações, cartografias, escutas e “acorpamentos”. Acorpar, para Cabnal (2010) é uma ação pessoal e coletiva, que mobiliza corpos indignados frente às injustiças, proporcionando indignação, mas também revitalizando suas forças. Assim, a cura é uma necessidade pessoal e política, capaz de desmontar as opressões e liberar seus corpos. Essa libertação, para Lorena, é uma forma de reivindicar a alegria, mas sem perder a indignação (CABNAL, 2010).

³⁸ Além da Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales, outro grupo com atuação regional é o Colectivo Miradas Criticas del Territorio desde el Feminismo. Delmy Hernández é uma de suas fundadoras.

³⁹ No próximo capítulo, aprofundaremos esse debate.

Entendo essa expressão usada muitas vezes por Lorena Cabnal como a conexão afetiva, solidária, acionada por distintas estratégias de coletivização das lutas ao redor da reprodução, da garantia das vidas humanas e não humanas e da conformação de corpos coletivos que sustentam territorialidades de luta pela defesa e pela construção de territórios plurais.

Organizar e resistir a partir do corpo em contextos pedagógicos significa reconhecer e revelar essas marcas também das diferenças/desigualdades e sua natureza sociocultural limitante e violentos, que atravessam até os mesmos espaços de militância e da educação popular.

Em muitas cartilhas e memórias de encontros elaborados pela Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales, a categoria território-corpo-terra é acionada. Em documentos mais recentes, o grupo parte das seguintes dimensões analíticas como apostas teórico-política: Território-Corpo, Território-Terra e Território Organizacional, como variáveis interconectadas a partir das quais pensam os impactos, mas também a resistência das mulheres atingidas. É importante destacar que todas essas dimensões territoriais formam uma unidade relacional, mas para garantir uma visibilização dos impactos nas diferentes camadas de vida, o grupo faz essa separação para fins didáticos e metodológicos.

Percebo que as diferentes abordagens – território-corpo-terra ou corpo-território – têm em comum uma compreensão da importância da corporalidade, principalmente a partir da indissociabilidade entre corpo, espaço e política. Além disso, a vida cotidiana como cura e estratégia de defesa parece ser vital tanto para Cabnal, quanto para Hernández.

Cruz Hernández (2020) aponta para a vida cotidiana como estratégia de defesa. É no espaço-tempo das práticas cotidianas, sem deixar de enquadrar o contexto de violência, que as estratégias-reflexões de defesa do corpo-território-terra são criadas. Cabnal (2010) enfatiza justamente a necessidade de politizar o corpo nos processos cotidianos.

Um território-corpo que “gera vida, alegria, vitalidade, prazeres e construção de saberes libertadores”, e um território-terra do qual a mulher precisa para garantir a subsistência e reprodução material e cultural de suas comunidades e dignificar a sua própria existência e promover a vida (CABNAL, 2010, p. 23). A cura cósmica e política dos corpos para a harmonização com a terra passa pela recuperação e defesa de nossos territórios-corpos-terra.

No livro *Luchas de mujeres defensoras contra el extractivismo minero en el Abya Yala* (2021), as autoras, integrantes da Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales, apontam que suas ações recuperam diferentes elementos da ecologia política feminista, a partir da dimensão do território-corpo:

Essa categoria é catalisadora de múltiplas violências de gênero que provocam projetos de desapropriação e que são invisibilizados por uma lógica androcêntrica. Dessa dimensão, emergem outras subcategorias que são trabalhadas em outros diagnósticos que colocam a mulher no centro, são eles: território-corpo, território-terra e território organizacional, a fim de para poder abranger melhor os aspectos em que esses efeitos são manifestados (ALIAGA; FUENTES; BECERA; VEGA E VÁZQUEZ, p. 8, 2021, tradução própria).⁴⁰

O corpo compreendido como um território é um espaço, um território-lugar que ocupa um espaço no mundo e pode vivenciar emoções, sensações e reações físicas, e pode encontrar também resistência e ressignificação, como apontado por Delmy Hernandez (2016). Nesse sentido, entender o corpo e a vida como espaço de saber (Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2014) é uma tarefa importante para o que Silvia Cusicanqui (2018) denomina de micropolítica, feita a partir de espaços com modos de vida alternativos, em ações cotidianas e insurgentes à política universalizante.

Ana Luisa Queiroz e Marina Praça (2021) argumentam que, “ao incluir as experiências pessoais e subjetivas nos elementos de análise das questões públicas e políticas, mudamos também a matéria do que é importante para a construção da história e para o entendimento dos conflitos” (p. 10).

Rauber (2002) enfatiza que, conforme o neoliberalismo promove ataques genocidas aos meios de subsistência das pessoas, o papel das mulheres se torna mais importante. A luta contra o neoliberalismo deve ter raízes nas atividades que reproduzem a vida, porque “tudo começa no cotidiano e, então, é traduzido em termos políticos. Onde não há vida cotidiana, não há organização, e onde não há organização, não há política” (RAUBER, 2002, p. 115).

A criação de redes de mulheres de diversos países mostra que, apesar dos conflitos ambientais manifestarem-se localmente e com características particulares para

40 Do original: Esta categoría es un catalizador de múltiples violencias de género que provocan proyectos de expropiación y que son invisibilizados por una lógica androcéntrica. En esta dimensión emergen otras subcategorías que trabajan con otros diagnósticos que sitúan a las mujeres en el centro, a saber: cuerpo-territorio, tierra-territorio y territorio organizacional, para abordar mejor los aspectos en los que se manifiestan estos efectos.

cada território, eles não estão isolados – fazem parte de uma estrutura de poder compartilhada que afeta as vidas humanas e não humanas. Ao mesmo tempo, os corpos também resistem, tornando-se corpos de resistência e permanência, para viver com dignidade. Habitam territórios ameaçados no espaço público e na privacidade, e disputam o sentido que deve percorrer o tecido da vida. Descobrimos semelhanças em cada experiência nos territórios ou nos corpos, porque as lutas se entrelaçam, e torná-las conscientes nos leva a estabelecer novas estratégias de resistência coletivas.

O aumento da participação política das mulheres atingidas mostrou a necessidade de autoeducação e formação política. Combinadas à autoconfiança gerada pelas redes de ativismo social, tais práticas criam formas de subjetividades, apontadas por Santos (1996), como objetivo principal do projeto educativo emancipatório, que consiste em recuperar nossa capacidade de espanto e orientá-la para a formação de subjetividades inconformistas e rebeldes.

Esses movimentos passam por diversos processos de ressignificação e construção coletiva de saberes, mostrando uma maneira de fazer política que pode fomentar estratégias pedagógicas essenciais para o desenho de uma realidade emancipatória. Esse saber construído social e coletivamente não está inserido dentro da lógica da ciência hegemônica, mas se constitui como alternativa para pensarmos jeitos próprios de criar, aprender e concretizar verdadeira mudança da dependência moderno-capitalista. Entender a emergência desses saberes é importante para destronarmos o cânone, como um ato político que toca nas múltiplas camadas das nossas existências a questão do esquecimento (RUFINO, 2020)⁴¹.

No próximo capítulo, investigo algumas práticas e ferramentas em que a Rede Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales visibiliza os vínculos entre corpos e territórios, criando possibilidades de práticas político-pedagógicas. Investigo, principalmente, as metodologias encontradas pela Rede em tempos de pandemia.

41 Rufino (2020) reivindica, nesse sentido, uma desaprendizagem do cânone, como ato político e pedagógico se insere na capacidade de recuperação de sonhos e no alargamento de subjetividades que foram e são assombradas pelo desencanto. O sonho, nesse caso, se expressa como uma espécie de alargamento do tempo, do espaço e da fruição de linguagens que possam mobilizar outras maneiras de sentir a vida.

III - REENCANTANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS - A RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES

“A rede nos permitiu compreender a trama de vida que nós mulheres tecemos e tecemos em nosso território, a América Latina, território que disputamos a partir do nosso próprio corpo”, afirma Irma Ortiz, integrante do grupo.⁴²

Durante os três capítulos da pesquisa, foram trazidas contribuições da Rede, escolhida como estudo de caso, na tentativa de evidenciar como o trabalho do grupo está conectado com os debates propostos na dissertação. Nesse capítulo, são abordadas a origem, a composição do grupo e as metodologias criadas durante a pandemia de Covid-19, em um debate sobre possibilidades educacionais para além do que é ditado pela ciência dominante.

A Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales é uma articulação das mulheres em Abya Yala, que constitui seus movimentos a fim de influenciar políticas, projetos e práticas que afetam diretamente às mulheres.

Noções assentes em experiências socioculturais dos povos originários da nossa região apontam diversas possibilidades para pensar a existência e as relações com aquilo que convencionamos ser o humano e as suas formas de fazer no mundo. Perspectivas do ser/saber como o *sumak kwsai*, noção dos povos andinos falantes da língua quíchua, o *tekó porã*, próprio dos nativos guaranis localizados em grande extensão do território latino-americano, o *ubuntu*, assente do pensamento dos falantes das línguas advindas do tronco bantu e disponibilidades conceituais como *ifá*, *exu*, *iwá*, *iwápele*, presente na cosmogonia ioruba, nos apresentam outras rotas fora das coordenadas cartesianas edificadas pela dominação moderna-ocidental (SIMAS E RUFINO, 2019).

42 Do original: La red nos ha permitido comprender la trama de la vida que tejemos e hilamos las mujeres en nuestro territorio, latinoamérica, territorio que disputamos desde nuestro propio cuerpo - Irma Ortiz, disponível em: <https://www.redlatinoamericanademujeres.org/mapa/wp-content/uploads/2022/03/libro.pdf>

Nesse sentido, destacar a concepção de Abya Yala é de suma importância, visto que em muitos documentos, cartilhas e posturas adotados pelas integrantes da Red, a expressão é convocada. Na língua do povo kuna, Abya Yala significa “terra madura”, “terra viva” ou “terra em florescimento”⁴³. A escolha do nome recupera a luta por afirmação dos territórios, lembrando do pioneirismo dos kuna em consagrar, em 1930, o direito de autonomia da Comarca de Kuna Yala. A expressão é usada pelos povos originários do continente em contraponto ao nome América, construído pelos colonizadores, para reivindicar a terra como território vital, para além das imposições coloniais⁴⁴, desde suas próprias perspectivas.

Enrique Dussel (1993) enuncia que o denominado “descobrimento da América” foi, na verdade, o encobrimento dos povos que aqui habitavam. Abya Yala é, dessa maneira, o verdadeiro descobrimento da América. Assim, atualmente, diferentes organizações, comunidades, instituições indígenas e seus representantes em todo continente adotaram seu uso para referir-se ao território continental, no lugar do termo “América”, como símbolo de identidade e de respeito pela terra que habitamos.

Abya Yala indica, assim, não só outro nome, mas também a presença de outros sujeitos enunciadore do discurso (PORTO-GONÇALVES, 2009). Abya Yala configura-se, então, como parte de um processo de construção política e identitária, em que as práticas discursivas cumprem um papel relevante de descolonização do pensamento.

Porto-Golçalves (2009) afirma que Abya Yala se posiciona como uma direção em torno a que outro sistema pode se configurar – é isso que os povos originários propõem com esse léxico político, e afirma:

Não olvidemos que dar nome próprio é se apropriar. É tornar próprio um espaço pelos nomes que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques, aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social se constitui como tal constituindo seus mundos de vida, seus mundos de significação e tornando um espaço seu espaço – um território. A linguagem

43 O povo Kuna é originário da Serra Nevada no norte da Colômbia tendo habitado a região do Golfo de Urabá e das montanhas de Darien e vive atualmente na costa caribenha do Panamá na Comarca de Kuna Yala (San Blas).

44 Em 2007, durante a III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala realizada em Iximche, Guatemala, não só se autoconvocam com a designação Abya Yala, como ainda resolvem constituir uma Coordenação Continental das Nacionalidades e Povos Indígenas de Abya Yala, “como espaço permanente de enlace e intercâmbio, onde possam convergir experiências e propostas, enfrentando as políticas de globalização neoliberal e trabalhando pela liberação definitiva de nossos povos irmãos, da mãe terra, do território, da água e de todo patrimônio natural para viver bem”.

territorializa e, assim, entre América e Abya Yala se revela uma tensão de territorialidades. (PORTO-GONÇALVES, p. 45, 2011).

Assumir também o nome Abya Yala é uma reivindicação política, como declara Diana Patiño (2020):

Assumo o nome kuna desse território como um gesto político que busca começar a desconhecer algumas imposições coloniais –como aquela que nomeamos como América – mas que também busca reivindicar a memória desse povo guerreiro, que lutou contra a ocupação espanhola tirânica e sangrenta (PATIÑO, 2020, p. 2, tradução própria).

Dar luz à expressão Abya Yala em documentos acadêmicos é interessante para a emergência de outras rotas como parte de existencialidades e práticas de saber plurais, que nos serve para confrontar o universalismo do paradigma moderno-ocidental e o seu impacto na formação dos seres. Assim, o exercício proposto é fomentar experiências/aprendizados que transitem por outras possibilidades de ser/saber e confrontem a dimensão de um modelo de ensino totalitário que escolariza a sociedade em prol da dominação colonial e forma seres monológicos.

É interessante pensar a pedagogia de luta das mulheres atingidas por megaprojetos extrativista como chave para pensar lógicas desviantes a esse modelo. As resistências desde os territórios e corpos das mulheres se concretizam em experiências corporificadas, com práticas de saberes que – através de noções previamente trabalhadas como território-corpo-terra, mulheres atingidas e defensoras - caminham na contramão da lógica do desenvolvimento extrativista, que é produtora de desvios e aniquilações. Esses conhecimentos, então, emergem como um radical vivo, corporal, vibrante, dialógico, inacabado, alteritário, comunitário, produtor de presença, dúvida, vivência e partilha:

A educação não é apaziguadora do conflito, pois este se manifesta na dimensão criativa e não como oposição, subordinação e extermínio do outro. A educação não é conformadora, ela é uma força errante, que negaceia, instaura dúvida, avança nas perguntas e persegue o seu fazer como prática de liberdade (RUFINO, 2021, p. 11).

Parida e parteira de si e de muitos outros, a educação remete a processos sempre coletivos, afetivos, conflituosos, despedaçamentos e remontagens do ser. Rufino (2021) proclama a educação como forma de erguer existências, mobilizá-las, uma encataria implicada em contrariar toda e qualquer lógica de dominação. A educação como dimensão política, ética, estética e de prática do saber comprometida com a diversidade das existências

e das experiências sociais é, em suma, um radical descolonizador (RUFINO, 2021, p. 12), que convoca à demanda da reparação, da recuperação de suas dignidades existenciais e de sua ética, ao assumir compromisso com relações horizontais e ecológicas.

Simas e Rufino (2019) mostram que é justamente com as perspectivas dos modos de sentir/fazer/pensar das múltiplas presenças, culturas, gramáticas e educações que podemos buscar transgredir com as estruturas coloniais do saber, enunciando e credibilizando a existência e as práticas de conhecimento desse outro historicamente subalternizado.

As mulheres de Abya Yala estão justamente na subalternidade colocada pelos pilares coloniais que estruturam nossa região. Por isso é interessante destacar que, na Rede, as mulheres se unem e formam encontros com outras comunidades e territórios para compartilhar experiências, apoiar umas às outras e construir espaços seguros nos quais se sintam livres para falar e curar seus traumas, compartilhar estratégias para a vida familiar e organizacional e fortalecer umas às outras. As defensoras e ativistas que lutam em defesa de seus territórios se organizam em suas comunidades a partir das práticas cotidianas, dos afetos e afetações tecidos de forma compartilhada. Dando materialidade ao que os autores pontuam:

É a partir do encanto que os saberes se dinamizam e pegam carona nas asas do vento, encruzando caminhos, atando versos, desenhando gestos, soprando sons, assentando chãos e encarnando corpos. Na miudeza da vida comum os saberes se encantam, e são reinventados os sentidos do mundo (SIMAS E RUFINO, 2018, P. 13).

3.1 A atuação em Rede

A Rede está presente em dez países da região: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Perú e Uruguai, a partir de organizações em cada território que integram a rede. Além disso, também está com representações na África e na Ásia.

Na Argentina, a Rede é representada pelo Observatório Feminista de Catamarca; no Brasil, pelo Movimento pelas Serras e Águas de Minas; na Bolívia, há representações no Coletivo CASA (Colectivo de Coordinación de Acciones Socio Ambientales) e pela RENAMAT (Red Nacional de Mujeres em Defesa de la Madre Tierra; no Chile, pelo Observatório Latinoamericano de Conflictos Sociales; na Colômbia, pelo movimento Censat Agua Viva; no Equador, pela Acción Ecológica; em El Salvador, pelo Asociación

de Desarrollo Económico y Social e pelo Movimiento de Mujeres Ecofeministas de El Salvador; na Guatemala pela Resistencia Pacífica de La Puya e pelo Parlamento Xinca; em Honduras, pelo Foro de Mujeres por la Vida; no Perú, pelo Grupo de Intervención y Formación para el Desarrollo Sostenible; no Uruguai, por Otras voces por la Tierra.

A quantidade de articulações e coletivos integrantes mostra a capacidade de aliança estratégica e espaços de debate, intercâmbio, formação, denúncia, investigação, reuniões nacionais e internacionais que as integrantes formulam coletivamente contribuições para a defesa dos direitos da natureza e dos direitos sociais.

As fontes das informações dessa pesquisa foram coletadas principalmente no site oficial do grupo. O site é um espaço com muitas informações sobre a história e formação do grupo, que apresenta ferramentas dinâmicas e materiais formativos, assim como todos os materiais publicados pelo grupo.⁴⁵

O objetivo do grupo, de acordo com cartilha-mapa publicada em 2021⁴⁶ sobre os efeitos do extrativismo minerador, é:

a denúncia da violência socioambiental contra as mulheres atingidas por projetos de mineração extrativista nos territórios. E, fundamentalmente, na Rede são articuladas ações e reflexões entre feminismos, a defesa territorial e ambientalismo na América Latina para defender direitos e gerar alternativas de vida ao modelo extrativista (ALIAGA; FUENTES; BECERA; VEGA E VÁZQUEZ, 2021, tradução própria).⁴⁷

Há mais de 15 anos, a Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales fortalece diferentes lutas das mulheres contra os impactos do extrativismo da mineração. Desde a perspectiva de conflitos de mineração em que comunidades e processos organizacionais participam em desvantagem em relação aos atores extrativistas, posicionamos o lugar da mulher na defesa dos territórios e dos tecidos

⁴⁵ Os recursos disponibilizados são separados a partir das categorias: Boletins; Memórias; Minisites temáticos; Publicações e Vídeos. Os recursos são apresentados de forma didática e de fácil acesso. Para essa pesquisa limitada pela pandemia, os materiais ali coletados foram de suma importância.

⁴⁶ Com 25 casos emblemáticos evidenciados na América Latina, a publicação busca difundir e promover a liderança feminina e a construção de alternativas. Disponível em: <https://www.redlatinoamericanademujeres.org/mapa/wp-content/uploads/2022/03/libro.pdf>

⁴⁷ Do original: la denuncia de la violencia socioambiental contra las mujeres afectadas por proyectos extractivos mineros en los territorios. Y, fundamentalmente, la Red articula acciones y reflexiones entre los feminismos, la defensa del territorio y el ambientalismo en América Latina para defender derechos y generar alternativas de vida al modelo extractivista

comunitários para a vida (ALIAGA; FUENTES; BECERA; VEGA E VÁZQUEZ, 2021, tradução própria).

Para isso, a Rede fomenta espaços de reflexão, de fortalecimento, de combate às múltiplas violências que atravessam as vidas das mulheres. É a força da construção coletiva que as impulsiona a continuar desafiando contextos que constantemente questionam seus lugares nas lutas em defesa de seus territórios:

Apesar de tudo, os processos de resistência, defesa da vida e sua diversidade, estão absolutamente em vigor e, juntamente com eles, os diferentes processos de avaliação e reavaliação cultural em relação aos diferentes povos que habitam essas vastas regiões. Para que, diante de desastres e evidências, pareça que a mineração predatória aos poucos venha perdendo espaço e legitimidade frente aos diferentes comunidades e territórios (RED LATINO AMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS, 2021, p. 13, tradução própria)⁴⁸.

Nesse sentido, é relevante conectar as articulações da Rede com aportes teóricos e práticos que foram discutidos ao longo da pesquisa. Diante da desapropriação e da exploração das territorialidades afetadas pelo extrativismo, o grupo constrói pontes entre feminismo, natureza e os territórios, conectando com as contribuições da ecologia política feminista latino-americana, assim como os feminismos comunitários. Dessa maneira, percebemos que essas reflexões e práticas convergem como ferramentas acionadas para ampliar nossos olhares e análises, dando importância também aos sentimentos, à experiência sensível que sentimos em nossos territórios e corpos. São caminhos que procuram pensamentos e ações para transformar as vidas das mulheres atingidas e defensoras.

Entender o cotidiano como instância de aprendizagens, fortalecer gramáticas não normativas são esforços necessários para entendermos expressões e saberes comunitários das mulheres atingidas. Quais são os caminhos possíveis para os saberes construídos no cotidiano, nas práticas políticas das mulheres atingidas, diante um mundo obcecado pelo paradigma da grandeza, da totalidade? O cotidiano, mais que um campo inventivo, múltiplo e inacabado, pode se inscrever também como inventário de diferentes saberes e rotas.

48 Do original: A pesar de todo, los procesos de resistencia, defensa de la vida y su diversidad, están absolutamente vigentes y, junto a ellos, los distintos procesos de valorización y revalorización cultural en relación a los diferentes pueblos que habitan estas vastas regiones. De modo que, ante los desastres y las evidencias, parece que la minería depredadora ha ido perdiendo espacio y legitimidad frente a diferentes comunidades y territorios desde hace algunos años.

Os coletivos, unidos em Rede, constituem movimentos e atravessam fronteiras e mostram possibilidades de ser a partir da coletivização das lutas pelo território e nos mostram facetas pedagógicas que nos provocam para outras formas de ser e de agir. A defesa do território, da aldeia, para Simas e Rufino (2019) na construção do campo que se abre para vivermos outros modos “perpassa pela firmeza dos moradores de todos os cantos que sustentam essa casa chamada vida” (SIMAS E RUFINO, 2019, P. 12).

A partir de uma reivindicação da importância da experiência sensível, a Rede ressalta que são os nossos corpos que encarnam a nossa vida, a nossa memória e são os sentidos que nos ligam aos territórios. Por isso, o que acontece nos territórios está impresso no corpo: tristeza pela exploração, angústia pela contaminação, alegria em construir outros mundos apesar das violências.

Durante a pandemia de Covid-19, as experiências das integrantes da Rede foram atravessadas pelas dificuldades trazidas pela maior emergência da sanitária dos últimos tempos. Somado aos problemas de disseminação do Coronavírus e falta de subsídios e programas assistenciais para as populações de Abya Yala, a Red Latinoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales realizou alguns trabalhos mostrando como esse cenário atingiu suas formas de organização, como o trecho a seguir reflete:

Com a disseminação do coronavírus, uma emergência foi gerada saúde mundial, em todo o planeta. Para esta situação são somadas às crises ambientais e assistenciais, o que destaca a risco significativo envolvido em atividades de mineração e projetos para corpos e territórios, especialmente para as mulheres (RED LATINO AMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS, 2021, p. 5, tradução própria)⁴⁹.

No documento de memória anual de 2020, as integrantes do grupo revelam o protagonismo das mulheres em diversas comunidades para denunciar a continuidade das atividades de mineração durante os períodos de isolamento, colocando-as como atividades supostamente essenciais para a vida, como foi discutido no início dessa pesquisa.

O trabalho da Rede em 2020 e 2021 foi marcado pela necessidade central de desenvolver estratégias para a proteção e ajuda para as defensoras que “cuidam dos corpos

⁴⁹ Do original: Con la propagación del coronavirus se ha generado una emergencia sanitaria mundial, a lo largo y ancho del planeta. A esta situación se han sumado las crisis ambientales y de cuidados, lo que pone de manifiesto el importante riesgo que implican las actividades y proyectos mineros para los cuerpos y los territorios, en especial para las mujeres.

como territórios, e dos territórios como parte da biosfera em que onde vivemos, ou seja, nosso lugar de vida, para nós mesmas e para o futuro das gerações, tendo em conta o contexto da pandemia global e a situação de vulnerabilidade adicional que é significativa” (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, 2020).

Neste quadro, a Rede apostou na construção de laços com outros países do Sul-global e na denúncia dos cotidianos vulnerabilizados das mulheres, que foram aguçados pela pandemia. A próxima seção destaca esse contexto, e aponta estratégias desenvolvidas.

3.2 Tecendo redes em Abya Yala em tempos de pandemia

Esse título remete a memória anual de 2020, intitulada “Hilando redes em Abya Yala, en tempos de pandemia”⁵⁰. Nessa publicação, a Rede mostra como as medidas de confinamento, necessárias como estratégias de controle do Corona-Vírus, também aumentou o risco de violência sexista nas casas das mulheres. As medidas de controle social implementadas pelos Estados (estados de emergência, situação de toques de recolher, por exemplo) aumentaram a situação de vulnerabilidade em das mulheres nos territórios.

A publicação destaca que a mudança de governo em vários países, seus novas políticas e perspectivas de "desenvolvimento" modificou a situação dos territórios durante o ano de 2020 (p.8). As mineradoras aguçaram a perseguição de mulheres líderes de movimentos que defendem o território, protegidas na modalidade de "estado de sítio", e impondo a força através da militarização do território.

No contexto da pandemia global por COVID-19, o grupo reestruturou suas ações a partir de abril de 2020, recolhendo as necessidades das participantes e entendendo as capacidades de trabalho da Rede nesta situação. Reuniões intensivas de trabalho e assembleias semanais foram os espaços que as permitiram costurar e aprender juntas como iriam trabalhar e estar juntas naquele momento.

Considerando a necessidade central de desenvolver estratégias para a proteção e ajuda para as defensoras que cuidam dos corpos e territórios como lugares centrais da vida, o grupo se propôs a:

50 Disponível em: https://www.redlatinoamericanademujeres.org/wp-content/uploads/2021/06/Memoria_2020.pdf

https://www.redlatinoamericanademujeres.org/wp-content/uploads/2021/06/Memoria_2020.pdf

- Denunciar, acompanhar politicamente, tornar visível e fazer incidência internacional de casos de mulheres defensoras vítimas de agressões e violências políticas socioambientais extrativistas, utilizando meios virtuais;

- Aprofundar e abordar a reflexão e debate sobre a crítica ao desenvolvimento, ao extrativismo e aos sistemas de poder que lhes dão suporte, desde a construção própria de uma abordagem que incorpora diversas experiências e correntes do pensamento feminista, a partir dos feminismos comunitários – perspectivas que fortalecem a ação do grupo em defesa das defensoras, potencializando a proteção e capacidades de intercâmbio;

- Gerar espaços de formação, intercâmbio e aprendizagens entre procedimentos de organização, resistência e construção de conhecimentos sobre processos críticos ao extrativismo minerador, a partir da perspectiva feminista, aproveitando as novas tecnologias;

- Tecer novas alianças com organizações com pautas em comum – acordar políticas e incidências com movimentos ou organizações locais, assim como com outras redes de cooperação internacional;

- Criar e fortalecer ferramentas de comunicação digital, aprimorando as redes sociais, adaptando o trabalho em contexto de crise global.

Uma das ferramentas utilizadas pelo grupo foi o Diagnóstico Territorial 2020/2021, em que as mulheres latino-americanas afetadas pelas atividades extrativistas mineradoras tornaram visíveis suas lutas através da construção coletiva de conhecimento, em um diagnóstico territorial. Esse diagnóstico evidencia como durante a pandemia global as fronteiras extrativistas nos territórios foram expandidas. As análises permitiram um maior conhecimento da situação das mulheres atingidas – esse conhecimento fez com que a incidência política fosse direcionada às denúncias nas instâncias pertinentes, estabelecendo protocolos e políticas públicas de salvaguarda e segurança das defensoras.

Como metodologias de ação, a Rede trabalhou:

- Fortalecimento das capacidades: ações de conscientização, treinamento, comunicação, coordenação e negociação através do qual algumas das organizações participantes se tornaram fortalecidas e agora têm novas capacidades para dar continuidade as diferentes linhas de ação que estão sendo implementadas na Rede;

- Fortalecimento de alianças: estabelecimento e construção de alianças com diversas organizações, o que permitiu fortalecer diversas ferramentas que contribuem para a defesa dos direitos da mulheres e natureza e a articulação regional das defensoras. Assim, conseguiram ampliar alianças com outras organizações, articulações e campanhas em diversos territórios, inclusive continentais, como as alianças Sul-Sul na África e na Ásia, que foram possíveis graças aos espaços de encontro com organizações desses continentes, inclusive de forma virtual, em decorrência da pandemia;

- Incidência a nível continental: a partir da articulação das mulheres e o fortalecimento de seus próprios espaços organizacionais, a Rede conquistou em diversos casos o reconhecimento de agressões sofridas por mulheres acometidas por projetos extrativistas, bem como uma maior e melhor auto-representação no dentro das próprias organizações e com as comunidades com as quais interagem. Mulheres líderes que enfrentam processos de violação de direitos foram fortalecidas pelo trabalho em rede que, embora global, visa fortalecer seu trabalho e presença em cada território por meio do trabalho coletivo e promover ainda mais a valorização das vozes das mulheres;

- Aprofundamento de outras formas de resposta à violência extrativista contra mulheres, como práticas organizacionais de articulação e de solidariedade territorial que estão ocorrendo entre comunidades. Essas novas formas de resposta refletem um resultado do trabalho dos 15 anos de história da Rede, que possibilitou o fortalecimento o tecido de alianças na América Central e do Sul, entre organizações que compõem a Rede e aliados territoriais;

- Avanços na consolidação da Rede na América Central: esse processo permitiu conhecer territórios, organizações, comunidades, realidades e companheiros muito valiosos para o processo de organização da Rede, para a concretização de estratégias de alianças contra conflitos extrativistas, bem como para a integração dessas organizações a mesma. Em fevereiro e março de 2020, a Rede percorreu El Salvador e Guatemala e vários espaços de encontro com mulheres diversas para continuar fortalecendo o trabalho na América Central.

Outra significativa ferramenta metodológica e de fomento aos espaços de debate foram os Encontros virtuais denominados de *Feminismos territoriales y ecologismos diversos en Abya Yala* com mais de 80 mulheres de Abya Yala, Ásia e África. À vista disso, ao longo dos últimos anos, percebemos como a pandemia da Covid-19 mudou diversos padrões da sociedade, entre os quais o modo de comunicação das pessoas, a exemplo do

aumento dos encontros virtuais que, mediante o distanciamento social, passou a ser utilizada em grande escala, inclusive por autoridades, artistas, professores e diversos outros profissionais.

Durante os meses de junho a dezembro de 2020, com o Instituto de Estudos Ecológicos do Terceiro Mundo e Jubileu Américas do Sul, o grupo realizou encontros virtuais para tecer encontros, resistências, emoções e alianças com mulheres de diferentes lugares de Abya Yala, África e Ásia, que estão em resistência territorial e em busca de fortalecer as lutas contra o extrativismo e que vêm refletindo sobre a intersecção da luta das mulheres e a defesa dos territórios.

No âmbito destes eventos foram abordados diversos temas: racismo ambiental e a exploração dos povos e da natureza; transições de mulheres, territórios e natureza; economias comunitárias: uma visão crítica das alternativas; Alianças Sul-Sul para a defesa de corpos e territórios; violência ambiental contra mulheres, com diversos intercâmbios e workshops.⁵¹

Dentro dos processos informativos utilizados pelas organizações integrantes da Rede dado o contexto geral adverso, notou-se a importância da aderência às suas próprias estratégias de comunicação para continuar resistindo. Ao mesmo tempo, e de acordo com as diferentes possibilidades de acesso às virtualidades, viram a necessidade de adaptar-se às novas formas de comunicação e para aprender novas tecnologias. Dessa maneira, mais pessoas aderiram e se juntaram ao apoio de lutas locais, apesar das dificuldades durante a pandemia. No entanto, é importante notar que essas estratégias não são adequadas para todos os contextos, especialmente os mais rurais, em alguns dos quais a mídia virtual não é uma alternativa que pode substituir completamente a importância do trabalho informativo e organizacional presencial.

No contexto de pandemia, muitos viram a necessidade de se adaptar às novas tecnologias, introduzindo o virtual de acordo com suas condições de vida e meio ambiente; e/ou em outros casos, reafirmando e valorizando as formas de comunicação e próprias práticas sociais. Apesar da pandemia, muitas comunidades foram obrigadas a sair às ruas como forma de continuar exercendo seus direitos de autodeterminação, arriscando duplamente suas vidas.

51 No site e no canal do YouTube é possível encontrar todo o conteúdo que nasceu deste trabalho: <https://www.redlatinoamericanademujeres.org/encuentro/>

Outra fundamental ferramenta foi a construção coletiva de um livro intitulado *Mujeres Defensoras contra el extractivismo minero en Abya Yala* (2021), citado ao longo dessa pesquisa. A publicação é uma sistematização de 25 casos latinoamericanos e caribenhos em que as mulheres foram fortemente afetadas pela mineração, na Guatemala, El Salvador, Honduras, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

A publicação reúne um mapa cartográfico interativo online, com a localização dos países e casos, o contexto regional do extrativismo na América Latina e Caribe, a partir de uma metodologia feminista e coletiva.

O trabalho mostra a relevância de um diagnóstico com aspirações regionais cuja missão é refletir, geográfica e territorialmente, as condições de vida das mulheres em contextos de extrativismo minerador e, ao mesmo tempo, refletir suas vozes de dissidência, suas estratégias para gerar alternativas, bem como seus horizontes de vida, a partir do estudo de casos particulares de cada país em que a Rede está presente, com o objetivo de ter um olhar cartográfico e regional.

Os casos apontados na publicação nos fazem entender com cada processo de resistência único é único. No entanto, também foram identificados pontos comuns relacionados com a ação das empresas multinacionais que atuam em nossos países e, ao mesmo tempo, a capacidade de reação das mulheres em seus processos próprios.

Os encaminhamentos tecidos no livro mostram que a fortaleza das mulheres é chave para manter a resistência latino-americana, mesmo que haja desigualdades de gênero dentro das comunidades que não permitem o completo desenvolvimento das capacidades e potencialidades das defensoras (p. 127). O machismo é um problema social aguçado e potencializado em contextos extrativistas.

O livro também ressalta que as corporações transnacionais, em cumplicidade com os Estados, não respeitam as práticas culturais e espirituais das populações, gerando afetações psicoemocionais nas mulheres e comunidades. A partir desse processo também foram construídos indicadores próprios, que incorporam dados relevantes para o reconhecimento de violações na vida e no corpo das mulheres, desde os danos físicos causados pela poluição, até os impactos afetivo-emocionais; da ruptura dos processos organizacional-comunitários à separação familiar; dos danos ambientais nos territórios à violência na espiritualidade das mulheres que as conecta com seu ambiente, entre outros.

As lutas pelo território, em resposta à essencialidade colocada para as atividades de mineração durante a pandemia, insistem que essencial é cuidar e proteger da vitalidade de seus territórios e corpos. Suas trajetórias mostraram a importância de prevenir danos como consequência dos impactos da exploração mineração, antes da entrada das empresas e seus projetos. Também mostraram a importância de cuidar e defender usando conhecimentos para a soberania alimentar, saúde comunitária, cuidado com o território, natureza e biodiversidade.

Outra fundamental reflexão trazida com as mulheres que fazem parte da Rede é de que as lutas das mulheres em diferentes lugares de nossa região “estão interligadas e são desafiadoras, para além do modelo de desenvolvimento hegemônico, com a forma androcêntrica de produção de conhecimento, com vieses coloniais e sempre a favor da acumulação capitalista” (RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES, 2021).

Essa afirmação se conecta ao que discutimos no capítulo 2, indicando que a ciência hegemônica está vinculada ao desenvolvimento extrativista. O contínuo avanço das políticas neoextrativistas se concretiza como um dos reflexos do mundo que permanece monológico, sustentado na dominação da natureza como engenharia de destruição de existências e de corpos colocados como “outros”, como os das mulheres que compõem a Rede. A próxima seção traz algumas reflexões que caminham na compreensão das pedagogias das mulheres defensoras, construídas desde os espaços do cotidiano e de fortalecimento, como possibilidades de construção de conhecimento.

3.3 Reflexões para além do cânone

A educação emana das gentes, de suas experiências e ações no mundo, por isso ela é fundamentada na ética. Se a experiência social é diversa, muitas serão as formas de educação possíveis. Os cotidianos podem ser campos inventivos, regidos por tempos/espacos de potência para a emergência de modos que confrontem a arrogância de um modelo totalitário. A educação emerge como a possibilidade – por meio de uma dimensão filosófica/prática da vida comum – de constituir a experiência social como a tessitura do “viver em plenitude” ou “bem viver”.

Para Simas e Rufino (2019), a educação é força vital e potência de transformação daqueles afetados pelo terror das injustiças cognitivas/sociais, é princípio e invocação de responsabilidade para a vida em toda a sua diversidade e como forma de “desaprendizagem”

das investidas totalitárias empregadas pelo modelo de produção de escassez e morte. Os autores clamam a educação como levante, capaz de encantar os seres.

A educação como fenômeno inerente à condição dos seres borda a tessitura de pedagogias inventivas e lúcidas focadas no tratamento dos traumas mantidos pela continuidade do terror colonial. Assim, a educação como elemento fundamental para proposição de um projeto de bem viver, de caminho pleno, suave e potente, contrário às empresas de desencante, se atém à elaboração de repertórios táticos que inferem mobilidade, autonomia e emancipação dos seres.

A cura, então, se manifesta como emergência poética e da epistemologia do encante, a comunicação de suas gramáticas e a interlocução com diferentes esferas do conhecimento, a fim de firmar uma gira cruzada de interlocuções e aprendizagens plurais que desestabilizem a hierarquização dos saberes e a relação de centralidade no humano, em detrimento das múltiplas expressões da natureza.

Assim, o homem/razão/consciência como *loci* de enunciação da racionalidade moderna ocidental não é a única possibilidade. A cura é manifestada, também, como uma disponibilidade para o vir a ser atento a responder eticamente às investidas do espírito de dominação e da centralidade em uma razão que se quer única (SIMAS E RUFINO, 2019)

Luiz Rufino (2020) reivindica e nos ilumina com lições capazes de nos lançar fora do círculo de aprisionamento imposto pela lógica colonial, que ele chama de “modo produtor de quebrantos”. Como quebranto colonial, o autor define um estado de adoecimento atribuído pelo grande olho da dominação. As energias cultivadas por esse olhar geram uma condição de abatimento, desesperança e acomodação nos afetados por sua lógica. É fundamental, em sua visão, ouvir as “pulsações que atazanam a limitação existencial imposta por uma visão de mundo que põe quebrantos naquilo que é diferente dela” (RUFINO, 2020, p. 37).

Tendo a experiência alvejada e presa nas ampulhetas desse sistema, o quebranto não somente nos paralisa, mas nos leva a um total dismantelo e desconexão com a natureza, ou seja, com a própria vida:

A provocação que faço é que a lógica de um tempo linear não é resultado de sua primazia, mas da sua adoção por um modo de pensamento e de organização histórica que busca empregar história única, ou seja, investe em aquebrantar a diversidade. Assim, não há um único tempo, como também não há uma única forma de interagir e explicar as coisas do mundo. Existem muitas experiências e formas de transmiti-las, que dão o

jeito de escapular do sentido temporal posto em uma linha reta (RUFINO, 2020, p. 36).

Contra a imposição de um estatuto de desumanidade que rege a modernidade, surge também a necessidade de ações que a transgridam como um tempo único, como a única verdade. Para Antônio Bispo dos Santos (apud RUFINO 2020), esse projeto dos senhores da cruz é cosmo-fóbico. Ou seja, o desejo de seus homens é a destruição de tudo aquilo que não é igual a eles. Assim, do lugar dos afetados por essa lógica e implicados com a justiça, o que resta é o contra-ataque.

As ações que se manifestam rasurando os padrões dominantes demandam aprendizagens de um repertório plural referenciado nas experiências dos grupos submetidos à ofensiva colonial. Pensar, portanto, nas estratégias pedagógicas coletivas de mulheres atingidas pelo extrativismo pode nos indicar espaços de conhecimentos libertários contra esquemas do conhecimento dominante.

Rufino (2020) indica a educação como uma das principais forças de luta contra a colonização. Afinal, a educação tem como principal implicação os seres, não como existências padronizadas, mas como experiências que se dão a partir de atos de liberdade. Entretanto, existe quem pense exatamente o contrário, fortalecendo a toada que produz danos em diferentes esferas da vida, no imaginário, nas subjetividades e na cognição:

Dessa maneira, não reconhecem que a educação é uma tessitura de aprendizagens diversas e acabam confundido-a com uma espécie de moral conservadora. Essa legião crente nos postulados enaltecidos por uma história oficial é incapaz de reconhecer o quanto ainda somos subordinados a um padrão de existência e conhecimento. A colonização como fenômeno estrutural nos coloca uma questão de ordem educativa: como responder com vida àqueles que desejam a morte? (RUFINO, 2020, p. 170).

Luiz Rufino (2021) mostra que, para erguer esse aparato ideológico, social e econômico colonial se lançou mão do que ele chama de política do desencantamento. Firmaram-se contratos de subordinação que são mantidos até os dias de hoje com agendas contrárias à vida. Existir, para além dos limites dessa lógica, é algo que se inscreve na diversidade, na coexistência e na participação ecológica entre os seres:

Assim, existir preza por relações responsáveis que mantenham o equilíbrio e respeito com os ciclos vitais. Qualquer maneira que não reconheça esse percurso estará a negar e impor um modo desviante que produz impactos negativos e métodos de extermínio (RUFINO, 2021, P. 8).

O chamado fim do mundo, para o autor, não se concretiza em uma profecia, mas sim em uma prática sistêmica que sustenta a modernidade e se perpetua ao longo de um tempo encapsulado pelas promessas de progresso e desenvolvimento civilizatório, calçado em uma única lógica. A ciência baseada nesse cânone é, assim, uma política que investe na captura de linguagens, sentidos e memórias, produzindo esquecimentos da diversidade de vivências para vigorar um modelo único de ser e saber:

Um dos métodos mais engenhosos desse grande sistema de dominação aniquilar o outro é pela produção de esquecimentos. Empenhado nessa empreitada, investiu massivamente na destruição de comunidades, línguas, ritos, e maneiras de explicar e interagir com o mundo. Existe uma face da colonização que se dá pela dominação das cosmogonias; que perpassa por meios de ensinar/escolarizar; que provoca uma alteração não responsável com a diversidade, o diálogo e o caráter inacabado do humano. A salvação da alma, tão apregoada na agenda colonial, nada mais é do que o modo mais profundo de intervenção nas esferas sensíveis da existência e na contratualização da permanente e inalterável condição de subordinação do colonizado em relação ao colonizador. (RUFINO, 2020, p. 22)

Os seres contrários ao modo dominante estão, assim, a batalhar para continuar existindo. É uma batalha, uma luta que se faz a partir das experiências, dos saberes e das tecnologias ancestrais que emanam da diversidade de “jeitos de sentir, vibrar e praticar o mundo com as coisas que por ele passam” (RUFINO, 2021, P. 9). Àqueles que têm a experiência colonial como marca demanda-se uma atitude responsável em relação à vida. Essa atitude, para Rufino, é parte de um refazimento de si, um reposicionamento em relação aos tantos outros que existem e dão o tom de que somos seres inconclusos e que estamos a atravessar a existência na relação com tudo que aqui faz morada. (RUFINO, 2021). Não se trata de negar determinadas presenças e saberes, mas sim do destronamento de uma única forma de conhecer o mundo.

Existem aqueles que aprenderam as coisas do mundo interagindo com os mais diferentes métodos de se inscrever vida:

Plantas professoras, bibliotecas que residem em carochos, aulas que se dão com as marés, ensinanças sopradas em pé de vento, entre tantos outros modos de fazer. A educação se descaracteriza como tal não pela sua multiplicidade de formas, mas pela redução da mesma a uma única coisa que está a serviço de uma política de dominação. (RUFINO, 2021, p. 15).

Não se trata de uma tentativa de substituição de determinadas formas por outras, mas a capacidade de estabelecer coexistência, diálogo e intelegibilidade mútua. Ou seja, resalto a importância de desafiar afirmações universalizantes, não para negá-las, mas

para que possamos construir ambientes políticos, teóricos e práticos em que convivam diversas abordagens e modos de alimentar o conhecimento.

Destacar conhecimentos historicamente subjugados e tomar posse deles é um dos meios pelos quais as histórias silenciadas podem ser resgatadas, afirma Chandra Mohany (1990). Para a autora, para transformar radicalmente as instituições educacionais, esses conhecimentos têm de ser compreendidos e definidos pedagogicamente não só como questão acadêmica, mas como questão de estratégia e prática.

Estamos permeados por valores neoliberais dentro do cotidiano acadêmico. Sobre isso, Joana Emmerick Seabra e Mariana Prandini Assis (2016) nos mostram que enfrentamos hoje o tecnicismo, o discurso da eficácia, o produtivismo e os pressupostos (neoliberais) da neutralidade, que achatam quaisquer esforços no sentido de desvelar alternativas à lógica atual.

Muitas das práticas feministas, principalmente as produzidas a partir do ativismo e de posições radicais, são tidas como não aptas para o “consumo” acadêmico e teórico, e por isso não são as referências. Ochy Curiel (2015), ativista e teórica afrodominicana, propõe e nos ensina sobre a possibilidade de recuperar as experiências como produtoras de conhecimento e capazes de criar teoria e mostra que é necessário um exercício contínuo que desarticule a distinção entre conhecimento puro e conhecimento político, pois uma prática libertadora entende que não há separação entre os dois.

Catherine Walsh (2013) propôs o conceito de "pedagogias decoloniais" para dar conta de uma modalidade peculiar de processo de ensino-aprendizagem fora das formas canônicas de compreender o conhecimento na tradição ocidental. As pedagogias descoloniais são entendidas como espaços genuinamente educacionais, colocando em tensão a dimensão colonial e a opressão dentro de processos pedagógicos, concebidos a partir de uma verticalidade hierárquica. Walsh expressa:

As lutas sociais também são cenários pedagógicos onde os participantes exercem suas pedagogias de aprendizagem, desaprendizagem, reaprendizagem, reflexão e ação. É apenas para reconhecer que as ações destinadas a mudar a ordem do poder colonial muitas vezes partem da identificação e reconhecimento de um problema, anunciar desacordo com e oposição à condição de dominação e opressão, organizando-se para intervir; o objetivo: derrubar a situação atual e tornar possível outra coisa. Tal processo de ação, normalmente realizado coletivamente e não individual, suscitar reflexões e ensinamentos sobre a situação / condição colonial em si e o projeto inacabado de descolonização, ao mesmo tempo em que chamam a atenção para as práticas políticas, epistêmicas, experienciais e existenciais que lutam para transformar os padrões de poder e os princípios sobre os quais o conhecimento, a humanidade e a

própria existência foi circunscrita, controlada e subjugada. As pedagogias, neste sentido, são as práticas, estratégias e metodologias que estão entrelaçados e construídos com base na resistência e na oposição, como na insurgência, fuga, afirmação, reexistência e re-humanização (WALSH, 2013, p. 29).

A vida cotidiana se constitui como lugar estratégico para pensar a complexa pluralidade de símbolos, estereótipos e interações nas quais se encontram práticas, significações e estruturas de reprodução e inovação social, reflete Roxana Longo (2016). A colonialidade/modernidade produziu suas formas de dominação nos limites do ser/saber/poder e também capturando, subalternizando e relegando ao esquecimento de uma diversidade de princípios explicativos de mundo. Mas há “um complexo de presenças, saberes, potências e possibilidades que se lançam como decoloniais antes mesmo da inscrição do termo” (SIMAS E RUFINO, 2019, P. 70):

Defendemos a emergência de uma educação como axé, como experiência de transformação radical, ancorada em ações responsáveis e pedagogias implicadas em transgredir e expurgar o desencante que assola o mundo. (SIMAS E RUFINO, 2019, p. 27)

A favor de uma ciência encantada, podemos considerar o cotidiano como lajeiro de invenções, que se abre para o estudo, reflexão e prática da ciência encantada. Nele se imbricam as presenças, experiências e práticas de saberes e ritos como tessitura de um complexo e imensurável balaio de possibilidades de mundo. Para Federeci (2022), o “encantamento” não se refere ao passado, mas ao futuro. Para Simas e Rufino (2018):

É a partir do encante que os saberes se dinamizam e pegam carona nas asas do vento, encruzando caminhos, atando versos, desenhando gestos, soprando sonhos, assentando chãos e encarnando corpos. Na miudeza da vida comum os saberes se encantam, e são reinventados os sentidos do mundo (SIMAS E RUFINO, 2018, p. 1).

A partir desse entendimento, somado da participação ativa das pessoas que integram os movimentos através de uma construção coletiva, são constituídos processos constantes de aprendizados e desaprendizados que formam reflexões críticas. Nesse processo, as mulheres produzem também subjetividades como um pilar ativo, histórico, de construção e produção coletiva de laços sociais, comunitários e pedagógicos:

As mulheres produzem uma série de questionamentos no interior dos movimentos sociais. Impulsionam uma práxis emancipatória que convida para o questionamento do poder, analisando seus interstícios, oferecendo

uma problematização das esferas públicas e privadas em que se entrelaçam as vidas humanas (LONGO, 2016, p. 33, tradução própria).⁵²

A inclusão da pedagogia feminista, nesse sentido, permite questionar a permanência dos vínculos naturalizados estabelecidos entre mulher e natureza na cosmogonia dicotômica e hierárquica moderno-colonial, expressa não apenas na divisão sexual do trabalho, mas nos processos de espoliação e exploração de corpos e territórios.

Para Claudia Korol (2007), a pedagogia feminista deve ser inconveniente, questionando sempre – é necessário fazer da crítica e da autocrítica um método fundamental. As perguntas, para a autora, abrem mais caminhos do que as respostas. Korol afirma que não devemos ter medo do vazio que uma pergunta pode criar sem resposta porque, talvez, nesse espaço se multipliquem novos ensaios sociais e culturais que não reproduzam ou, mesmo, que desafiam as regras do poder.

A autora, ainda, enfatiza a experiência político pedagógica nas batalhas pela liberdade em nossas próprias vidas cotidianas. A prática da liberdade não se limitaria, assim, a um discurso contra as formas opressoras e repressivas do Estado burguês e patriarcal, de suas instituições de reprodução da cultura capitalista, androcêntrica, colonizadora.

É, também, uma possibilidade de um exercício de luta material e também subjetiva contra a alienação, contra a mercantilização das nossas vidas, a privatização de nossos desejos, a domesticação de nossos corpos, a negação sistemática de nossos sonhos, a mutilação de nossas rebeliões, a invisibilidade de nossas pegadas, o silenciar da nossa palavra e a abertura repressão de nossos atos subversivos.

Korol (2007) reivindica uma pedagogia popular que tende a desorganizar as relações de poder com um sentido subversivo, revolucionário - uma pedagogia que parte dos corpos para pronunciar as palavras, resgatando o valor da subjetividade na criação histórica, e criticando, repetidas vezes, as certezas do ponto de partida.

Entendendo conhecimentos como resultados dinâmicos de práticas cognitivas continuadas gestadas a partir das práxis dos grupos sociais em seu processo de reprodução e transformação, Bringel e Varela (2014, 2017) ressaltam que para além das estritas

52 Do original: Las mujeres producen una serie de cuestionamientos dentro de los movimientos sociales. Promueven una praxis emancipatoria que invita al cuestionamiento del poder, analizando sus intersticios, ofreciendo una problematización de los ámbitos público y privado en los que se entrelazan las vidas humanas.

premissas da ciência moderna ou em diálogo crítico com estas, existem outras práticas cognitivas que também constroem ciência, conhecimentos, pensamentos e teorias.

As distintas práticas cognitivas produzem, em formatos e linguagens diversas, teorias, pensamentos e ideias, as quais não são a priori consideradas ilegítimas ou inexistentes e, em função disso, as diferenciações entre ideia, pensamento e teoria ou de conhecimento/saber e ciência são evitadas pelos autores, uma vez que têm servido para reproduzir processos de deslegitimação ou invisibilização de conhecimentos produzidos na periferia do sistema mundial.

Construindo uma narrativa capaz de contemplar as teorizações a partir/com os movimentos sociais e dando luz às pesquisas orientadas para a ação transformadora e efetivadas em convergência com esses sujeitos coletivos, está a *pesquisa militante*. Renata Varela e Breno Bringel (2014, 2017) reivindicam uma chave interpretativa a partir desse termo, que designa um amplo espaço de produção de conhecimentos, que articula ação política e investigação da realidade para transformá-la e busca:

aliar a reflexão crítica e teórica com a prática das lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores/as, movimentos sociais, comunidades em resistência e organizações políticas. Nesse sentido, a militância seria o compromisso ético e político com a mudança social, que envolve posicionamentos e atuações pró-ativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, a partir da inserção em espaços coletivos de discussão, em mobilizações e ações com o objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade justa e igualitária (BRINGEL e VARELLA, 2014, p. 5).

São, portanto, produções teóricas que partem do acúmulo de experiências históricas dos grupos sociais em resistência, que conformam horizontes de visibilidade, parâmetros de sentido e imaginários coletivos que guiam a produção de saber. Conecta-se, de diferentes formas, conhecimento e movimentos sociais, sendo possível acessar nessa convergência as trajetórias teórico-políticas presentes nas dinâmicas contestatórias da América Latina (VARELLA, 2017, p. 13). A pedagogia dos movimentos populares é também um ensaio de novas práticas e propostas contra-hegemônicas.

A pesquisa militante ajuda a enfrentar a colonização do olhar. Rosane Borges (2018), como reivindicação política do nosso tempo, aponta a necessidade de descolonização do olhar. A autora mostra que da pintura parietal às inscrições contemporâneas, acumula-se um patrimônio imagético em que a superabundância de dispositivos visuais torna o mundo legível porque visível. Nessa ambiência dominada por

telas, as representações de grupos historicamente discriminados ganha expressivo relevo, uma vez que as reivindicações por reconhecimento afetam e são afetadas pelas máquinas de imagem. Torna-se, assim, imperativo ético que o olhar seja interrogado em sua dimensão política. Mais do que uma operação físico-sensorial, o exercício do ver e do olhar constituem-se como organizadores da cena do mundo por meio de prismas socioculturais.

O olhar racista, sexista, patriarcal, homofóbico e transfóbico devora corpos e culturas sem redistribuição imaginária real dos lugares dos sujeitos que têm o poder (que olham e consomem) e dos que não têm (que são vistos). O lugar do ex-ótico foi construído com base nessa assimetria, seja no campo das artes e da ciência. É contra esse caminho que os destituídos e excluídos vêm solicitando novas formas de ver e de construir sua história e sua cultura:

A descolonização do olhar é um empreendimento inescapável para que as concepções de humano e humanismo, tão caras ao projeto moderno, possam alcançar a mais da metade da população do planeta deixada de fora pelas operações seletivas de um olhar que vê e constrói o mundo a partir de camadas muito restritas, limitadas e, portanto, excludentes (BORGES, 2018, p. 40).

Nesse sentido, Luiz Rufino (2020) propõe duas atitudes: a primeira é admitir e se posicionar a favor do direito à vida, sendo seu exercício em liberdade uma demanda contracolonial e a segunda é entender a educação como principal temor ao que ele chama de senhores do atraso, pois pode forjar outra condição do ser, aquela que experimenta a liberdade. Isso significa dar passagem à pulsação inconformada e esperançosa da educação como elemento-chave para o trato da demanda colonial.

Há uma necessidade, assim, de situar a aprendizagem nos múltiplos processos que perpassam a vida das mulheres atingidas e defensoras, de acordo com os princípios da educação popular libertadora, como uma prática educativa situada e comprometida que se baseia em um duplo movimento: revelar criticamente os sistemas de opressão e transformá-los pela luta social, tendo a realidade como mediadora do processo de aprendizagem (FREIRE, 1987).

A pedagogia das mulheres defensoras dos territórios-corpos-terra não são conformadoras – é uma força que resiste, avança e tece processos educativos nas práticas

cotidianas, nos pertencimentos coletivos, a partir do fortalecimento comunitário e persegue seu fazer como prática da liberdade⁵³.

CONCLUSÕES

Os caminhos dessa pesquisa foram frustrados pelo distanciamento social colocado pela pandemia. Por isso, os resultados foram limitados por em um cenário de isolamento social, afastada de trocas presenciais tanto dentro da sala de aula, como em possíveis campos de investigação.

A pesquisa teve como objetivo discutir o modelo de desenvolvimento neoextrativista, investigando os impactos diferenciados para os territórios-corpos-terra das mulheres atingidas por megaprojetos de mineração, destacando suas estratégias de luta e de construção do conhecimento, a partir do estudo de caso da Rede Latinoamericana de Derechos Sociales y Ambientales.

É fundamental apontar o modelo de desenvolvimento neoextrativista como um pilar de dominação colocado para os países da América Latina, que segue deixando rastros de dominação, destruição da natureza e das práticas comunitárias em nome do progresso e da modernização. O desenvolvimento neoextrativista carrega marcas profundas de uma agenda colonial que segue sendo ditada aos territórios de Abya Yala. Por isso, é de suma relevância tratar a colonialidade como um evento que ainda permanece afetando nossas existências.

Os territórios atingidos, o trabalho precarizado e os corpos violentados e inviabilizados possuem cor, gênero e territorialidade. São corpos considerados pelos que detêm o poder como descartáveis, que podem ser violentados, com condições precarizadas de saúde. Assim, os impactos da mineração são diferenciados para as mulheres, que enfrentam obstáculos na reconstrução dos seus modos de vida, a partir da falta de autonomia financeira e de títulos de propriedade, que dificulta processos de indenização ou reparação.

A violação e a exploração dos corpos de mulheres e meninas e a negação das mulheres como sujeitos políticos e de direitos demonstram como as desigualdades de gênero são incentivadas pelo desenvolvimento capitalista.

Os processos de criminalização das pessoas que defendem seus territórios são mecanismos acionados por Estados e pelas empresas envolvidas nos projetos de mineração,

53 Ver Freire 1987, 2014.

seja de forma direta, com a violência sexual, os assassinatos e ameaças de morte, seja entrando com processos jurídicos contra as mulheres ou deslegitimando as suas lutas, modos de vida e existências. No caso das mulheres, as ameaças e violações de direitos se multiplicaram nos processos de resistência, tanto por sua condição de mulheres, bem como por sua condição de defensoras.

Nesse sentido, a trajetória da Rede indica alternativas a esse cenário. O grupo caminha exatamente no sentido de visibilizar as afetações promovidas pelo extrativismo nos territórios-corpos e territórios-terra das mulheres, e age denunciando a violência socioambiental contra as mulheres atingidas por projetos de mineração extrativista em seus territórios. Além disso, promove ações que salvaguardam a integridade física, emocional e comunitária das mulheres em situação de alto risco, tanto pelo grau de vulnerabilidade derivado de sua atuação como defensoras dos direitos humanos, quanto por sua participação em processos de resistência aos projetos extrativistas que afetam seus territórios.

Os encaminhamentos das problematizações realizadas ao longo dessa pesquisa trouxeram para o centro do debate as práticas de saber que são invisibilizadas pela monocultura racionalista que insiste em ditar um único modo de conhecimento. A pesquisa tentou pensar os conhecimentos gerados pelas redes como campos de possibilidade - sendo uma aposta política e epistemológica, crucial para um reposicionamento ético e das populações e das suas produções, que historicamente foram vistas a partir de rigores totalitários.

Assim, se torna imprescindível uma ampliação do conceito de colonização, assumindo também seu caráter cosmogônico, que constrói políticas de ataque, controle e desencantamento dos seres e suas múltiplas gramáticas. A educação como descolonização está implicada, dessa maneira, a uma política de vida, contrariando o que dita a agenda dominante. A descolonização demanda corpos políticos que possam insurgir, se rebelar e confrontar as opressões mantidas na arquitetura da modernidade.

A partir de práticas territorializadas de luta, os feminismos comunitários e as abordagens da Ecologia Política Feminista Latino-americana nos fornecem caminhos formativos, de construções de conhecimento a partir da realidade de mulheres, de pedagogias comprometidas com a cura das opressões e da exploração da natureza. Assim, oferecem elementos importantes para entendermos dinâmicas globais garantidas pela lógica neoextrativista, assim como constrói conhecimentos para além do cânone colonial.

A atuação da Rede analisada como estudo de caso e os impactos diferenciados causados pelo extrativismo para as mulheres nos revelam três dimensões importantes. A primeira é que o território-corpo-terra é uma categoria e estratégia do sentir e pensar potente para visibilizar marcas do modelo de desenvolvimento no cotidiano de mulheres atingidas e mulheres defensoras, trazendo a importância das emoções em defesa dos territórios. Isso é de extrema valia porque os impactos emocionais dos projetos de mineração muitas vezes são omitidos em análises dos conflitos ambientais. Construir abordagens acadêmicas que articulem impactos físicos, mentais e emocionais, então, é uma possibilidade para construir estudos que abarquem todas as dimensões impactadas por esses conflitos. A abordagem do corpo-território-terra é uma categoria teórica e política que pode ajudar em processos de resistência, de cartografia de emoções e construção de alternativas das comunidades que seguem tentando parar com os efeitos desenfreados do extrativismo minerador.

Pensar processos pedagógicos a partir do território-corpo-terra significa considerar a dinâmica da expansão da rede que entrelaça o Estado e o capital que afeta a terra. Significa pensar o território-corpo-terra como categoria de conhecimento a ser discutido a partir da razão, mas também das afetações aos corpos, principalmente os feminizados. Nesse último ponto, vale ressaltar que outra dimensão importante destacada pelas feministas comunitárias é a inclusão do próprio corpo nas metodologias de aprendizagem e de ação.

A segunda dimensão é a importância da organização comunitária e da construção de redes que articulem organizações e movimentos, no entendimento de que apesar dos conflitos socioambientais serem manifestados com particularidades locais, fazem parte de uma estrutura regional. As alternativas ao desenvolvimento são fortalecidas quando articuladas de maneira coletiva.

A terceira dimensão é adaptabilidade e resiliência da Rede durante o contexto da pandemia de Covid-19, uma das maiores crises sanitárias dos últimos tempos. Os meios de comunicação das organizações integrantes precisaram passar por uma investida massiva nos ambientes e tecnologias virtuais para as defensoras continuarem denunciando as violações em seus territórios, assim como para criarem espaços de construção coletiva, como reuniões, rodas de conversa e encontros de saberes.

Dentro e fora da Academia, o trabalho de construir estratégias de visibilização dos impactos desse modelo ainda colonial que segue fazendo parte da formação política, social e econômica dos territórios latino-americanos se torna um importante imperativo para reencantar o mundo.

Assim, afirmar a presença de práticas comprometidas com a diversidade e com o caráter ecológico das existências é um exercício contínuo da agenda comprometida com a emancipação social.

Como continuação desse trabalho, pretendo continuar investigando articulações de mulheres que atuam contra os efeitos da mineração regional e continental, reconhecendo a organização comunitária e o papel das mulheres na sustentação das redes de vida e resistência em seus territórios. Considero como valioso continuar o intercâmbio de informação, conhecimento e estratégias de mulheres em diferentes contextos. Assim, pretendo conhecer mais de perto algumas organizações pertencentes a Rede para seguir apostando no reencantamento das práticas, ações e sentidos de mundo.

REFERÊNCIAS

- ALIAGA, Carmen; FUENTES, Nancy; BECERRA, Angela; VEGA, Stefania e VÁZQUES, Eva. **Mujeres Defensoras contra el extractivismo minero en Abya Yala**, 2021.
- ALIMONDA, Hector. **La naturaleza colonizada: ecología política y minería en America Latina**. Buenos Aires: CLACSO/ Ediciones Ciccus. 2011.
- ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. ACSELRAD, Henri. (Org). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri (Org.) MELLO, Cecília C. A; BEZERRA, Gustavo N. **O que é Justiça Ambiental**. Rio De Janeiro: Garamond: FASE, 2009.
- ACSELRAD, H. **A crítica do “ambiente” e o ambiente da crítica**. Revista Antropolítica, Niterói, n. 36, p. 27-47, 1o . sem. 2014 _____. **Justiça Ambiental e Construção Social do Risco**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, Ed. UFPR, v. 5, p. 49-60, 2002.
- _____; FURTADO, Fabrina; BARROS, Juliana; GIFFONI, Raquel; TEXEIRA ASSIS, WENDELL. **Revista Antropolítica**, n. 53, Niterói, p. 167-194, 3. quadri., set.-dez., 2021
- ARAUJO, F. G. B. **Modernização e conflito no Brasil contemporâneo**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 4., Salvador, 1991. Anais... v. 1, p. 221-227.
- ARAÚJO, T.B. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. Revista Econômica do Nordeste. Banco do Nordeste v.30, n.2, abr.-jun., 1999.
- ARRIAGADA OYARZUN, Evelyn; ZAMBRA ALVAREZ, Antonia. **Apuntes iniciales para la construcción de una Ecología Política Feminista de y desde Latinoamérica**. Polis, Santiago , v. 18, n. 54, p. 14-38, sept. 2019.
- COALICIÓN CONTRA LA PANDEMIA MINERA SIN TREGUA. **Resistencias por la Vida y el Territorio Frente al COVID-19 y la Pandemia Minera**. 2022. Disponível em: <https://www.regenwald.org/files/es/LAT-AM Covid Report ESP Final.pdf>
- COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO. **A mineração não parou! Os efeitos de uma essencialidade forjada durante a Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.i-maxpr.com/s/0119/2.pdf>
- BOLETIM: **Defensoras e defensores de Direitos Humanos no Brasil**. Terra de Direitos e Justiça Global. 2010. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Boletim-Defensores- 2010-%281%29-min.pdf>

BRINGEL, Breno. VARELLA, Renata. **Pesquisa militante e produção de conhecimento: o enquadramento de uma perspectiva**, 2014. Disponível em: <http://universidademovimentosociais.wordpress/artigos/>

BORGES, ROSANE DA SILVA . **A cena do mundo (televisivo) se organiza pela função do olhar: as estratégias do capitalismo sobre as formas de comunicação e expressão**. Eptic On-Line (UFS) , v. 20, p. 38-52, 2018.

BORGES, ROSANE DA SILVA . Imaginario e politica: a constituição material da subjetividade. **Revista Observatório Itaú Cultural** , v. 1, p. 78, 2016.

CABNAL, LORENA. Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala (pp. 11-25). En **Feminismos diversos - El feminismo comunitario**. Madrid: Las Segovias: ACSUR. 2010.

Colectivo Miradas Críticas Del Territorio Desde El Feminismo (2017). **Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios**. Quito: Instituto de Estudios Ecológicos del Tercer Mundo/CLACSO.

Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. **La vida en el centro y el crudo bajo tierra: El Yasuní en clave feminista**. Edit. Saramanta Warmikuna. Ecuador, Quito. 2014.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Uma mirada muy outra a los territorios-cuerpos femininos. **SOLAR, Revista de Filosofía iberoamericana** año 12 Vol. 12 – 1. ISSN: 1816-2924. 2016.

CUSICANQUI, Silvia. **Sociología de la imagen. Miradas ch'ixi desde la historia andina**. Buenos Aires, Argentina: Ed. Tinta Limón. 2015.

CURIEL, Ochy. La descolonización desde una propuesta feminista crítica. **Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala**. 2015.

DUSSEL, Enrique. Más allá del eurocentrismo: el sistema-mundo y los límites de la modernidad, en S. Castro-Gómez, O. Guardiola-Rivera, & C. Millan, C. (Eds.), **Pensar (en) los intersticios. Teoría y práctica de la crítica poscolonial** Bogotá: Instituto de Estudios Pensar-Universidad Javeriana. Pp.147-161, 1999.

ELMHIRST, Rebecca. **Ecologías políticas feministas: perspectivas situadas abordajes emergentes**. 2018. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?p=10162>

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del Tercer Mundo**. Globalización y Diferencia. Bogotá. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. 2005.

ESPINOSO, Miñoso Yuderkis. (Coord.) Prólogo. In: **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la Frontera. 2010.

FONDO DE ACCIÓN URGENTE (FAU). Modalidades de criminalización y limitaciones a la efectiva participación de mujeres defensoras de derechos ambientales, los territorios y la naturaleza en las Américas, Colombia, Bogotá. Disponível em: <https://fondoaccionurgente.org.co/site/assets/files/1179/espanol.pdf>. 2015.

FEDERECI, Silvia. La acumulación de trabajo y la degradación de las mujeres. La construcción de la «diferencia» en la «transición al capitalismo» En **Calibán y la Bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación capitalista**. Historia y Traficantes de sueños, p 85-176. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança** - Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

FURTADO, Fabrina; ANDRIOLLI, Carmen. **Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. 2020.

GARCÍA, Paola. **Mujeres en defensa de territorios**. Reflexiones feministas frente al extractivismo. 2018.

GARCÍA-TORRES, Miriam; VÁSQUEZ, Eva; CRUZ, Delmy Tania; JIMENEZ, Manuel Bayon. **Extractivismo y (re)patriarcalización de los territorios**. In: Cuerpos, territorios y feminismos: compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Cruz Hernandez, Delmy Tania y Jimenez Bayon, Manuel (orgs). Del Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo y Grupo de Trabajo de Clacso “Cuerpos, territorios y feminismos”. Bajo Tierra ediciones. 2020.

GLOBAL WITNESS (2021): “Última línea de defensa”. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/es/last-line-defence-es/>. 2021.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual (In: Jürgen Schuldt et al., **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular e Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009); id., “La ecología política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo” (Íconos, Revista de Ciencias Sociales, Quito, Flacso, n.36, p.53-67, 2010).

GONZALEZ RODRIGUEZ, Vitória. **Do território ao corpo e do corpo ao território: o corpo como escala, antiextractivismo e o caso de Berta Cáceres** / Vitória Gonzalez Rodriguez. – 2021.

HARCOUT, W. (2006). práxis feminista. **Mulheres, transnacionais e a base das lutas por mudanças**. Em GTI Papers Series. Fronteiras de uma Grande Transição, nº 11. Instituto Tellus. Boston.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir** - A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes. 2017.

HERCULANO, S. **Racismo ambiental, o que é isso?** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Selene-Herculano/publication/266344253_RACISMO_AMBIENTAL_O_QUE_E_ISSO/links/543746640cf2643ab9889338/RACISMO-AMBIENTAL-O-QUE-E-ISSO.pdf 2014.

INSTITUTO PACS. **Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos**. Orgs: Ana Luisa Queiroz, Marina Praça, Yasmin Bitencourt. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Instituto Pacs, 2021. Vários colaboradores.

KIRSCH, S. **Mining Capitalism: the relationship between corporations and their critics**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 2014.

KOROL, Claudia. **Hacia una pedagogía feminista** - 1º 1a ed.- : El Colectivo, América Libre, 2007.

LEFF E. La ecología política en América Latina. Un campo en construcción. En Gandásegui, M. (ed). **Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana** (pp.21 – 39) Buenos Aires, Argentina: CLACSO. 2006.

LOSEKANN, Criatiana. **A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina**. Revista Brasileira de Ciência Política, no 20. Brasília, maio - agosto de 2016.

LONGO, Roxana. Encuentros y búsquedas del movimiento de mujeres y del feminismo popular. Em: **Feminismos populares: pedagogías y políticas**. KOROL, Claudia. 1ª ed – Ciudad Autónoma de Buenos Aires : America Libre, 2016

MACHADO ARAÓZ, Horacio **Minería transnacional, neocolonialismo y conflictos socioambientales en América Latina**. Mimeo. Buenos Aires: CLACSO. 2010.

_____. **Territorios y cuerpos en disputa**: Extractivismo minero y ecología política de las emociones. en: INTERSTÍCIOS. Revista Sociológica de Pensamiento Crítico, vol.8. 2014.

MAFFIA, Diana. Contra las dicotomías: feminismo y epistemología crítica. Em: **Feminismos populares: pedagogías y políticas**. KOROL, Claudia. 1ª ed – Ciudad Autónoma de Buenos Aires : America Libre, 2016.

MASO, Tchenna; MASO, Tchella. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de gênero bordado pelas mulheres atingidas por barragens**. Revista Brasileira de Políticas Públicas. 2020.

MOHANTY, Chandra T. Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discursos coloniales, en L. Suárez, & R. Hernández (Eds.) Descolonizando el Feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes, Madrid, Cátedra. Pp. pp. 117-164. 2008.

_____. **On Race and Voice**: Challenges for Liberation Education in the 1990's.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Manual do Atingido**. Fundação Ford. 2005.

NOBRE, Miriam. **Agroecologia e economia feminista**: tecendo a sustentabilidade da vida. Revista NEADS, v.1, n.1. 2000. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/09/8-Texto-do-Artigo-87-1-10-20200612.pdf>

OROZCO, Amaia Pérez. **Subversión Feminista de la Economía** – Aportes para um debate sobre el conflicto capital-vida. Traficantes de Sueños, Madrid, 2014.

PACHECO. Tania. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. 2007. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>

PAULANI, Leda. **Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro**. Estudos avançados 27, 237-264, 2013.

PEIXOTO, Angelica. **Aprender a ser atingido**. Jornal A Sirene, setembro de 2016: Escrito com apoio de Ane Souza, Bárbara Torisu, Elizabete Tavares, Fernanda Tropa, MAB e William Menezes).

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; Guimarães, Virginia Totti. **Injustiça ambiental e racismo ambiental: a marca da estratificação sócio-racial nas zonas de sacrifício do Estado do Rio de Janeiro**. Projeto de Pesquisa. 2014-2016. Disponível em: https://www.law.yale.edu/sites/default/files/area/center/kamel/sela16_pires_cv_port.pdf

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

PRIETO, L. P. **Epistemología feminista y conocimientos desde el Sur global**. In: In: MARTÍNEZ ALIER, J.; VENTOSA, I. P.; OMEDES, A. M. Omedes. (ed). *Ecofeminismos y ecologías políticas feministas*. Catalunya: Icaria, 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América latina**. La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Lander, E. (coord.) Buenos Aires: CLACSO. Pp. 201-246. 2000.

RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES. **Hilando redes en Abya Yala, en tiempos de pandemia**. 2022.

RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES. **La situación de riesgo y criminalización de las defensoras del medioambiente en América Latina**. 2018.

RED LATINOAMERICANA DE MUJERES DEFENSORAS DE DERECHOS SOCIALES Y AMBIENTALES. **Memoria Anual 2020**. Disponível em: <https://www.redlatinoamericanademujeres.org/>

RICO, Rosa Emilia; CORREDOR, Karol; AVENDAÑO, Lilia. **Los territorios, la minería y nosotras: las mujeres nos preguntamos**. Guía de trabajo. 2014.

RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina e RIBEIRO, Livia (orgs). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**.– Fortaleza: Edições UFC, 2018.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfosis del Espacio Habitado**. Oikos-Tau, Barcelona, 2016.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SHIVA, Vandana. **La mirada del ecofeminismo**. Polis Revista Latinoamericana. 2004.

SEABRA EMMERICK, Joana. **Construindo leituras feministas sobre territórios atingidos por megaprojetos de desenvolvimento**. Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. 2018.

SEABRA, Joana Emmerick ; ASSIS, Mariana Prandini. **Transformando desde as margens: Uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano / Transforming from the margins: A proposal for mapping Latin American critical feminist social thought**. Revista Direito e Práxis , v. 7, p. 465-493, 2016.

SIMAS, Luiz Antono; RUFINO, Luiz; HADDOCK-LOBO, Rafael. **Arruaças: uma filosofia popular brasileira**. 1ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SVAMPA, Maristella. **Feminismos ecoterritoriais na América Latina entre as violências patriarcal e extrativista e a interconexão com a natureza**. 2021. Disponível em: https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2021/11/DT_FC_59.pdf

TURTON, David. **Refugees and ‘other forced migrants’: towards a unitary study of forced migration**. Addis Ababa, 2003.

ULLOA, Astrid. Feminismo socioambiental: revitalizando el debate desde América Latina. **Ecología política feminista latinoamericana**. 2020.

ULLOA, Astrid. **Feminismo territoriales, en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos**. NÓMADAS 45: 123-139. 2016.

VAINER, C. B. Fragmentação e projeto nacional: Desafios para o planejamento territorial. In: CAMPOLINA Diniz, Célio. (Org.) **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz da experiência da União Européia e do Brasil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007, v.1. p. 103-130.

VAINER, C. B. Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional. In: MARGULIS, Sérgio. (Org.). **Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos**. Brasília: IPEA/ PNUD, 1990, v. , : 179-211.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F.G.B. **Grandes Projetos Hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VARELLA, Renata V. S. **A Pesquisa Militante na América Latina**: uma chave para a compreensão dos movimentos sociais. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

WALSH, CATHERINE. 2008. **Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado**. Quito, Universidad Andina Simón Bolívar.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**: um novo campo de investigação In: A. Zhouri; K. LASCHEFSKI (Orgs.). **Desenvolvimento e con"itos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa. **Mineração: violências e resistências** [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. / Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et all.— 1.ed.— Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2017. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/ebook_mineracaoviolenciaresistencia1.pdf